PROJETO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM

LOGÍSTICA

SÃO GONÇALO (RJ), 2011

SUMÁRIO

I – DADOS GERAIS 4
II – INSERÇÃO SOCIAL E REGIONAL 5
III – RESPONSABILIDADE SOCIAL 13
IV – EDUCAÇÃO INCLUSIVA 15
V – JUSTIFICATIVA DO INTERESSE SOCIAL PELO CURSO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ 17

1. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO 39
1.1. Missão Institucional 39
1.2. Objetivos Institucionais 39
1.3. Finalidades e Áreas de Atuação 39
1.4. Diretrizes Pedagógicas 40
1.5. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão 40
2. ADMINISTRAÇÃO 46
2.1. Condições de Gestão 46
2.2. Planos de Desenvolvimento 46
2.3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL 47
2.4. Área de Convivência e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento de Atividades Esportivas, de Recreação e Culturais 49
2.5. Infra-Estrutura de Alimentação e de outros Serviços 49
2.6. Relações, Parcerias e Cooperação com a Comunidade, Instituições e Empresas 49
3. PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 54
3.1. Responsável pela Coordenação do Curso 54
3.2. Pessoal Técnico-administrativo 54
3.3. ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS 54
3.4. METODOLOGIAS DE ENSINO 55
3.5. REGIME ACADÊMICO 58
3.5.1. NORMAS GERAIS 58
3.5.2. PROCESSO SELETIVO 59
3.5.3. ACESSO E MATRÍCULA 59
3.5.4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 61
3.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES/ESTUDOS INDEPENDENTES 63
3.7. TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 64
3.8. DA MONITORIA 64
3.9. DA PESQUISA E EXTENSÃO 65
3.9.1. OBJETIVOS 65
3.9.2. METAS ESTABELECIDAS NO PDI 65
3.9.3. DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO / NÚCLEO DE PESQUISA 65
3.9.4. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 67
3.9.5. PROGRAMA DE EXTENSÃO 68
4. PROJETO DO CURSO DE LOGÍSTICA 69
4.1. Missão 69
4.2. Objetivo 69
4.3. Perfil do egresso 69
4.4. Concepção 70

4.5. Mercado de Trabalho e Áreas de Atuação 72
4.6. Conteúdos Curriculares 72
4.6.1. Matriz Curricular do Curso 73
4.6.1.1. Proposta de Alteração da matriz curricular 75
4.6.2. Coerência da Matriz Curricular com os Objetivos do Curso 76
4.6.3. Inter-Relação das Disciplinas com a Matriz Curricular 76
4.6.4. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas 76
4.6.5. Ementas e Bibliografias 77
4.6.6. EMENTA E BIBLIOGRAFIA 77
4.6.7. EMENTA E BIBLIOGRAFIA 83
4.7. Auto-Avaliação do Curso 91
5. INSTALAÇÕES 92
5.1. Área física e instalações prediais 92
5.2. Biblioteca 97

I - DADOS GERAIS

MANTENEDORA:

- Grupo Lusófona.

MANTIDA:

- Faculdade Paraíso - FAP.

TIPO DE PROCESSO:

- Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Logística.

VAGAS:

- 200 vagas totais anuais, no turno noturno, em dois ingressos, sendo 100 por semestre.

TURMAS:

- 50 alunos nas aulas teórico-expositivas.
- Nas atividades práticas, as turmas terão as dimensões recomendadas pelo professor.

REGIME DE MATRÍCULA:

- Seriado semestral, em módulo de 20 semanas.

DURAÇÃO DO CURSO

- O curso terá a duração de **2.000** h/a, a serem integralizadas em, no mínimo, cinco e, no máximo, dez semestres letivos.

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO:

- Rua Visconde de Itaúna, 2671, Paraíso, São Gonçalo/RJ, 24.431-005, Fone: (21) 2604-5666, Fax: (21) 2605-3259, Site: www.faculdadeparaiso.edu.br, E-mail: c.logistica@faculdadeparaiso.edu.br

II – INSERÇÃO SOCIAL E REGIONAL

A Faculdade Paraíso, fundada em 3 de maio de 2000, data em que obteve o credenciamento mediante Portaria do Ministro da Educação, representa a evolução do Colégio Paraíso, que, assumindo sua vocação empreendedora, com responsabilidade social e empresarial, assumiu os riscos de proporcionar à comunidade de São Gonçalo a oportunidade de construir as competências e habilidades que o dinamismo do mundo do trabalho exige.

A Faculdade Paraíso se apresenta à comunidade de São Gonçalo como opção de construção de oportunidade de desenvolvimento. Seguindo a tradição de seriedade, trabalho e organização do Colégio Paraíso, a Faculdade Paraíso assume sua responsabilidade de vivenciar os valores de competência profissional, argumentação sólida, respeito a si mesmo e ao outro e solidariedade. Sua marca e seu distintivo será a **competência no ensino.**

MUNICÍPIO-SEDE: SÃO GONÇALO (RJ)

São Gonçalo – a sede da Faculdade Paraíso – integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro – o Grande Rio.

Fonte: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330490#
17/01/2010 - 19:53 h

Com a terceira maior população do Estado do Rio de Janeiro, com quase um milhão de habitantes (999,901 hab. – IBGE 2007), o município de São Gonçalo tem investido na mudança sócio-econômica da região e, por isso, é hoje uma das principais cidades do estado. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, da qual dista apenas 20 quilômetros, e a ligação com outros municípios do Grande Rio, como Niterói, por exemplo, fazem de São Gonçalo um ponto estratégico para negócios, além de passagem, quase obrigatória, para as áreas turísticas do estado, como a Região dos Lagos e parte da Região Serrana.

Localizado no Grande Rio, no lado oriental da Baía de Guanabara, São Gonçalo tem uma área de 241,71 km^2, atravessada pelas duas principais vias de acesso ao Norte do Estado: a Rodovia Amaral Peixoto e a Niterói-Manilha, integradas ao sistema BR-101, o que garante o acesso fácil às demais regiões do país.

São Gonçalo limita-se, ao Norte, com Itaboraí e a Baía de Guanabara. Ao Sul, com Marica e Niterói. À Leste, com Itaboraí e Marica, e à Oeste, com a Baía de Guanabara e Niterói. Seu clima é ameno e seco, variando entre a temperatura máxima anual de 33º e a mínima de 12º.

Os tempos áureos da economia gonçalense remontam às décadas de 40 e 50, quando São Gonçalo ocupava lugar de destaque. Na época, o parque industrial do município era o mais importante do estado, atuando nos campos da metalurgia, transformação de materiais não-metálicos (como cimento, cerâmica e outros), químico, farmacêutico, papelão, papel e produtos alimentares. São Gonçalo era, por isso, chamado de *Manchester Fluminense* .

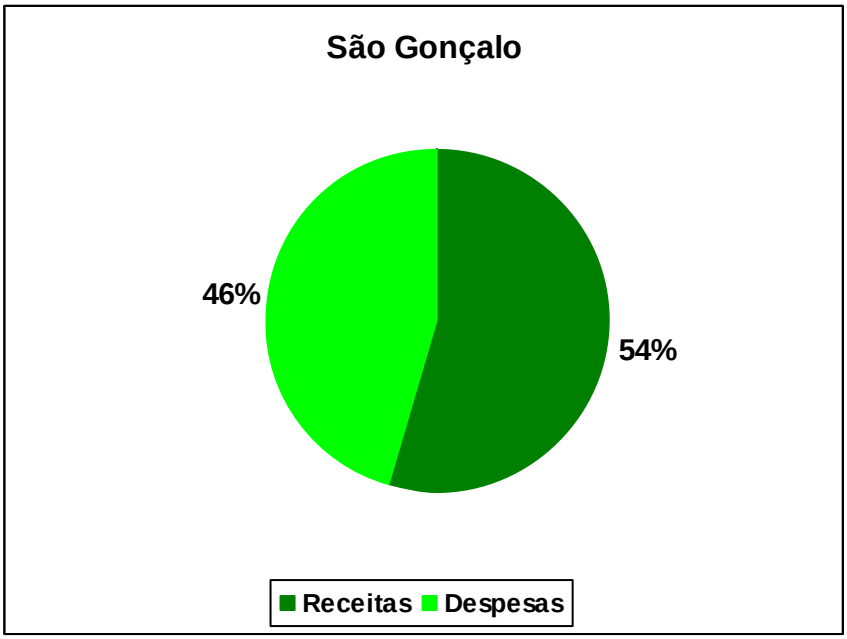
Hoje, São Gonçalo luta para retomar seu espaço, com um parque industrial variado, que inclui firmas como: Plastigel, Tintas Internacional, Eletro Vidro, Comercial Gerdau, CCPL, Quaker Alimentos, os laboratórios farmacêuticos: B. Braun e Herald's, além de confecções, principalmente em jeans.

A área de serviços cresceu vertiginosamente. O comércio gonçalense é um dos mais ativos da região, com grandes redes de supermercado, como é o caso do *Makro*, *Carrefour*, Sendas, *Champion*, *Extra*, o *Sam´s Club* (do grupo americano *Wal Mart*) e, mais recentemente o São Gonçalo Shopping Rio, localizado às margens da BR-101, na altura do bairro Boa Vista. O empreendimento, de porte regional, gera cerca de 2 mil e 500 empregos diretos .

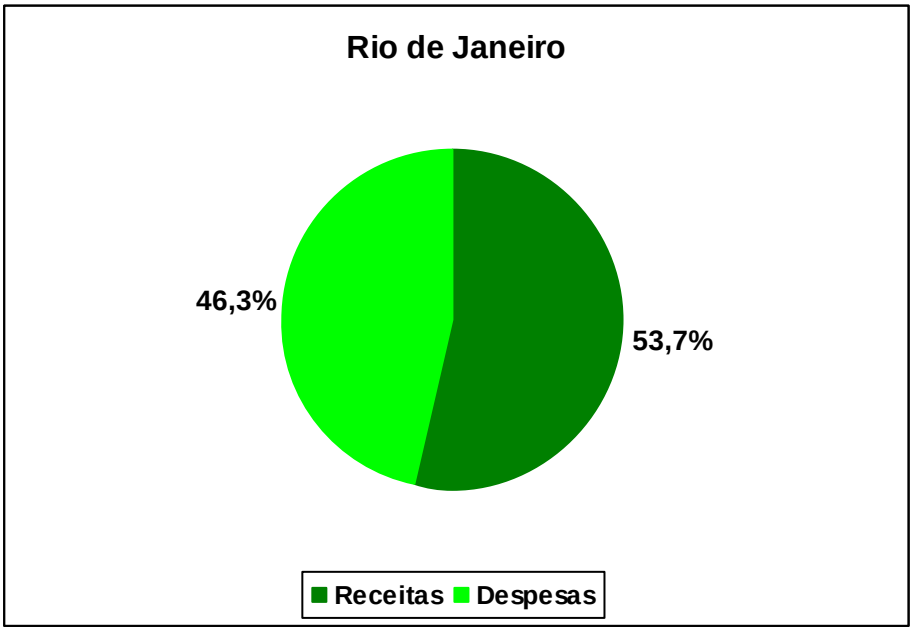
O crescimento do terceiro setor da economia gonçalense, acima dos níveis médios verificados em todo o Grande Rio, estará, portanto, norteando os investimentos e as iniciativas da Faculdade Paraíso, para os cursos de tecnologia, de graduação (bacharelado e licenciatura), de pós-graduação e de pesquisa e extensão, para os próximos cinco anos.

A seguir alguns quadros com dados interessantes:

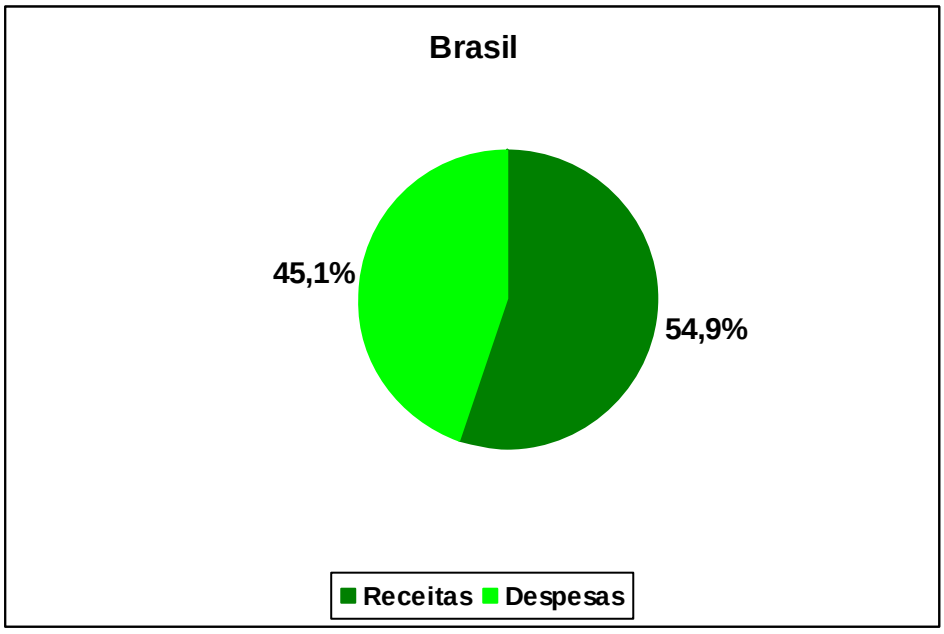
Despesas e Receitas Orçamentárias



Receitas	473.390.313
Despesas	398.005.496

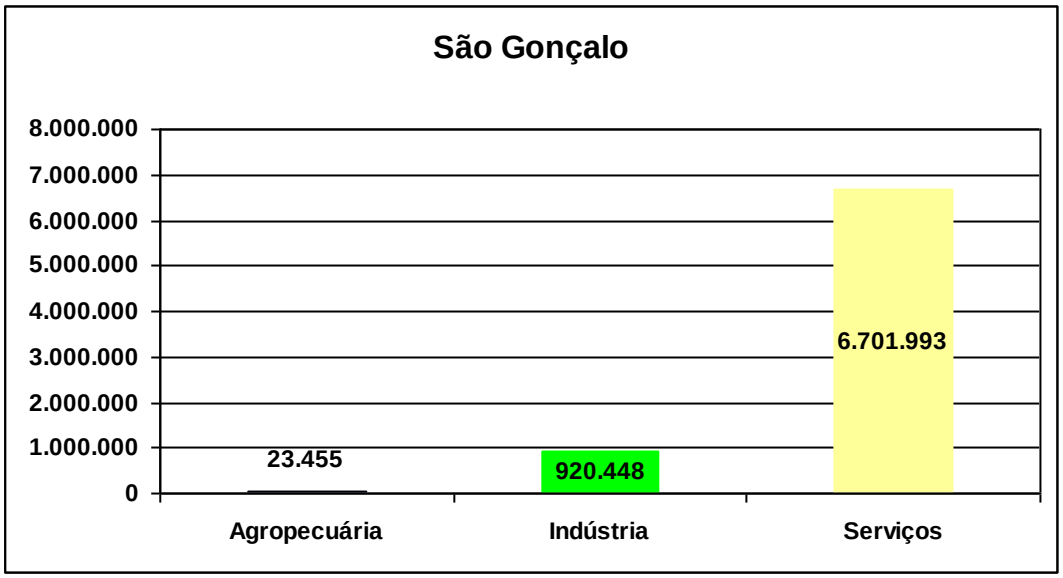


Receitas	53,7%
Despesas	46,3%

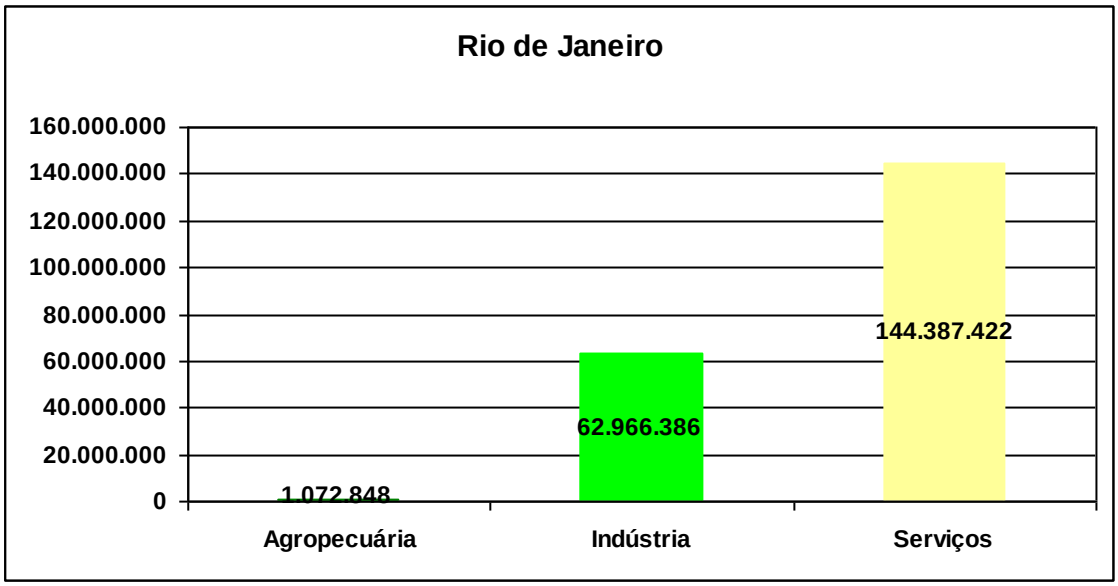


Receitas	54,9%
Despesas	45,1%

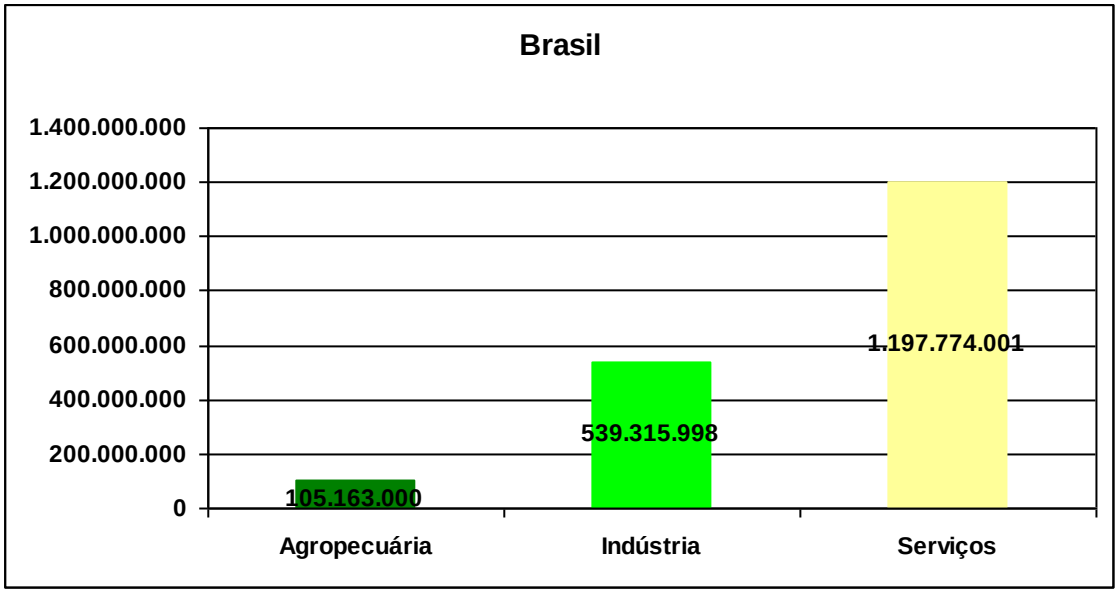
Produto Interno Bruto (Valor adicionado)



Agropecuária	23.455
Indústria	920.448
Serviços	6.701.993



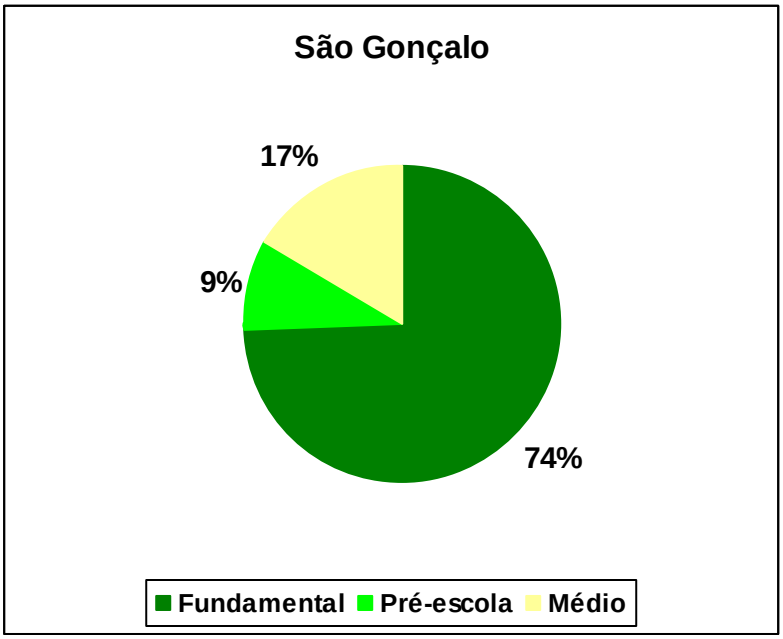
Agropecuária	1.072.848
Indústria	62.966.386
Serviços	144.387.422



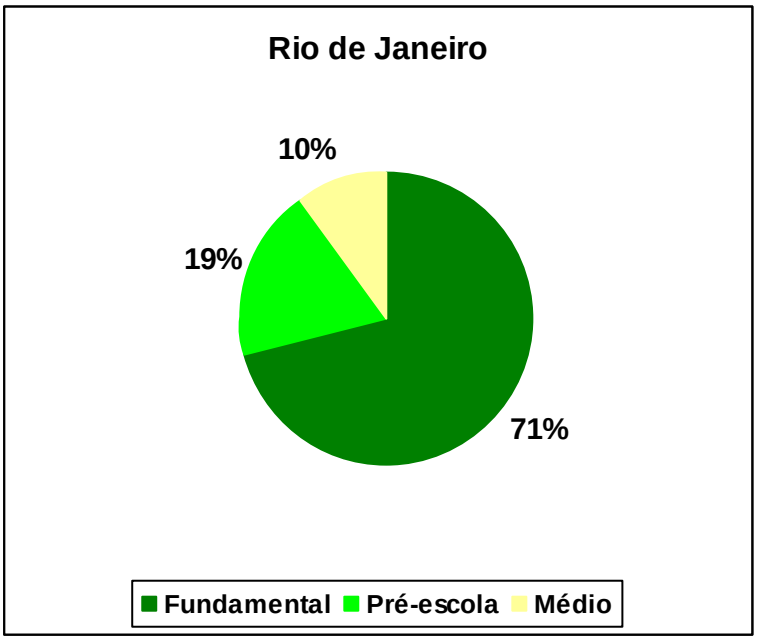
Agropecuária	105.163.000
Indústria	539.315.998
Serviços	1.197.774.001

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2008.

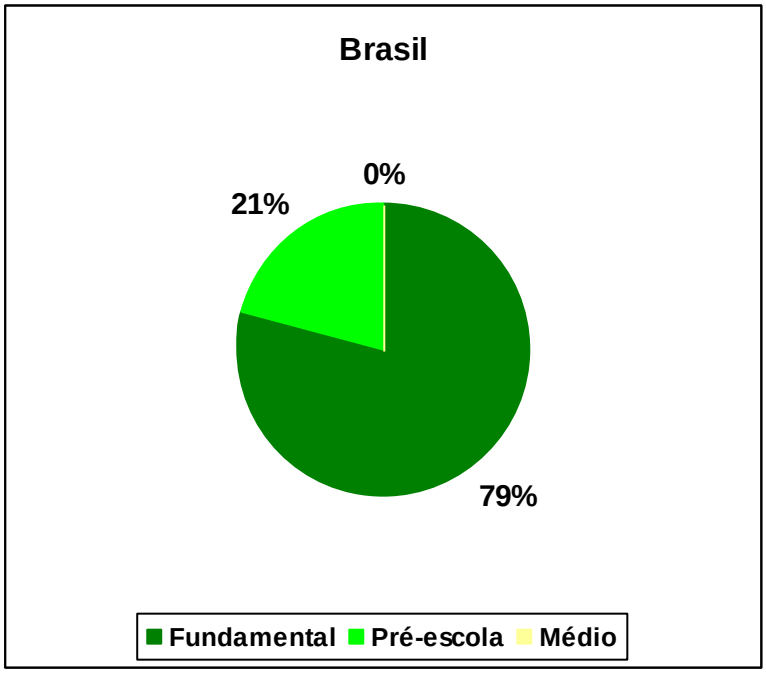
Matrículas



Fundamental	120.617
Pré-escola	14.590
Médio	27.257



Fundamental	70,9%
Pré-escola	19,1%
Médio	10,0%



Fundamental	79,2%
Pré-escola	20,8%
Médio	0,0%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009.

Na cidade de São Gonçalo existem somente 14 instituições de ensino superior, contando já com a Faculdade Paraíso. No entanto, dentre estas há muitas com apenas um pólo de ensino a distância ou um campus com apenas um curso da Universidade respectiva.

A Faculdade Paraíso tem por objetivo se transformar em pólo aglutinador de elevação do nível tecnológico, cultural e humano dos cidadãos gonçalenses. Pela competência no ensino, atuará como centro de formação de profissionais competentes, éticos, criativos e comprometidos com a qualidade de vida.

São Gonçalo tem a obrigação de se desenvolver, sob pena de frustrar seus jovens que têm o legítimo direito de usufruir de oportunidades nas quais possam demonstrar suas competências, habilidades, e responsabilidade social. Para tanto, a área de prestação de serviços se nos afigura promissora com vistas à geração de emprego e ao atendimento da natural vocação do nosso Estado.

Qualidade de vida, responsabilidade social e solidariedade são as molas éticas propulsoras do investimento que a Instituição se propõe a oferecer. A população de São Gonçalo carece de oportunidades de investimento em todos os níveis e setores da economia, mas principalmente naqueles que têm o dom de contribuir eficaz e decididamente para a elevação do patamar da cidadania. A educação, o estudo, tem o dom de agregar valores permanentes ao indivíduo. Valores

que instrumentalizam as pessoas para continuar a aprender, para evitar a obsolescência, para ter a capacidade de adaptação a novos paradigmas de trabalho e convivência. Valores que despertam a criatividade, inventividade e originalidade ao descortinar, viabilizar e concretizar solução para os problemas concretos do segmento da inserção social.

A sociedade não resolve os seus problemas sem uma acurada qualidade educacional. O mundo globalizado e competitivo é um mundo cruel com os que não têm o agudo senso da oportunidade histórica. Oportunidade histórica significa capacidade de continuamente reconstruir as competências que se tornam obsoletas. Portanto, de permanentemente refazer a capacidade de solucionar novos problemas. Esta capacidade constitui inestimável ativo da civilização, de um país, de um povo. Socializar a capacidade de refazer competências é a missão dos empresários da educação. Neste sentido caminha a Instituição. Alimenta-a a ânsia de ser promotora da possibilidade de instrumentalização para as pessoas, da constituição e reconstituição das habilidades dos cidadãos e, assim, contribuir de maneira humilde, porém, com eficácia e devoção para o aumento da felicidade que se alimenta da competência e da ética.

Além de tudo isso, a implantação do Pólo Petroquímico em Itaboraí (COMPERJ), bem como o Porto de São Gonçalo a ser construído no bairro de Itaúna, permitirá a ampliação dos relacionamentos comerciais da região e uma nova formação, específica em logística, é necessária. Com intuito de aproveitar profissionais que moram na região, a criação deste curso pretende preencher esta lacuna. Os custos logísticos para a implementação e manutenção de uma refinaria são consideráveis e justificam a criação de um curso que possa atender diretamente e indiretamente a uma nova realidade com a refinaria em Itaboraí.

III – RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861, de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

São princípios fundamentais do SINAES:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das IES;
- compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.

Pela primeira vez, nas políticas e diretrizes do Ministério da Educação para a avaliação das instituições de ensino superior, aparece a dimensão **Responsabilidade Social**. O art. 2º da citada lei dispõe que o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

> *I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;*

A responsabilidade social de uma instituição de educação superior reflete-se na forma de conduzir e gerenciar as suas funções (ensino/pesquisa/extensão). A IES socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos seus dirigentes e/ou mantenedores ou sócios.

Esta IES tem como política de responsabilidade social o atendimento à sua comunidade acadêmica, com qualidade, ética, respeito e dignidade, estendendo à comunidade social os benefícios da produção intelectual e científica de seus professores e alunos.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva é refletida na/o(s):

a) transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
b) natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
c) ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;
d) promoção de um clima organizacional que propicie o relacionamento fraterno e harmônico entre todos os segmentos da comunidade acadêmica e com a comunidade externa;
e) efetividade de programas de benefícios a professores e técnico-administrativos, especialmente, por intermédio dos planos de capacitação de recursos humanos, de carreira docente e de cargos e salários;
f) concessão de bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria aos alunos que demonstrarem aptidão para essas tarefas, de acordo com a programação anual;
g) incentivo e apoio ao voluntariado.

IV – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Esta instituição assume que as diferenças humanas são normais e que, como conseqüência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez do educando adaptar-se ao processo de aprendizagem.

Uma pedagogia centrada no educando atende aos objetivos institucionais e às diferenças do educando, beneficiando a sociedade como um todo.

A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar.

Uma pedagogia centrada no educando pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma educação de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia de que "um tamanho serve a todos".

A inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades.

A educação inclusiva proporciona um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total dos portadores de necessidades especiais no processo de aprendizagem. O sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da educação, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

A educação inclusiva deve reconhecer e responder às necessidades diversas do educando, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Atenta à sua responsabilidade social e aos indicadores e padrões de qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Educação, nos manuais de avaliação institucional e das condições de ensino, esta instituição adota as seguintes políticas para os portadores de necessidades especiais:

I. para alunos com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

a) sistema de síntese de voz, impressora *Braille* acoplada a computador ou máquina de datilografia *Braille*;
b) gravador e fotocopiadora que amplie textos;
c) aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
d) *software* de ampliação de tela;
e) equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
f) lupas, réguas de leitura;
g) *scanner* acoplado a computador; e
h) aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em *Braille*.

II. para alunos com deficiência auditiva, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

a) intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
b) flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
c) aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

III. para alunos com deficiência física:

a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
c) rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
d) portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
e) barras de apoio nas paredes dos banheiros; e
f) lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

IV. para os professores e pessoal técnico, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

a) informações sobre os portadores de necessidades sociais;
b) cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
c) cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

V. para a comunidade social, da oferta de:

a) campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;
b) parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade civil organizada para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como direitos humanos universais;
c) integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

V – JUSTIFICATIVA DO INTERESSE SOCIAL PELO CURSO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ

Vive-se atualmente uma economia globalizada, onde rápidas mudanças na sociedade e na cultura são a grande certeza. Exigem-se soluções que garantam a permanência das organizações no mercado cada vez mais competitivo. Com base nessa realidade, a Faculdade Paraíso - FAP entende que a autorização do curso de graduação em Logística irá favorecer consideravelmente profissionais e estudantes não só da cidade de São Gonçalo como de toda a região.

Tendo como fundamento a visão prospectiva e a importância da Gestão, pode-se estabelecer que este curso se justifica por:

- possibilitar formação profissional, capacitando gestores para a arte de gerenciar pessoas, negócios, processos e tecnologias. Esta formação é de extrema importância, sobretudo, pela necessidade das Organizações em recrutar profissionais com essa linha de formação, ou seja, profissionais adeptos da visão sistêmica e humanizada da Organização, conhecedores do contexto em que estão inseridos, onde limites extrapolam fronteiras e a negociação determina ganhos, lucratividade e competitividade;
- posicionar-se no mercado, estabelecendo relação direta entre a etapa inicial e o resultado final do processo produtivo, compreendendo o negócio como um todo no aspecto administrativo, organizacional e produtivo;
- oferecer formação profissional com foco na gestão de marketing promovendo e assinalando o planejamento como ferramenta essencial nos processos administrativos, estabelecendo objetivos, caracterizando os diferentes tipos de negócios, efetuando diagnóstico situacional, definindo prazos e metas a serem alcançadas.

Tendo em vista o pressuposto de que a capacitação humana e profissional é a principal responsável pelo desenvolvimento de um povo, a presente proposta contempla a educação integral e a qualificação para o exercício profissional tão necessário para as organizações.

O desenvolvimento no âmbito humano e, por conseqüência, no âmbito organizacional, caracteriza-se como justificativa ímpar para a criação de novos empreendimentos, projetos e ações coordenados e não é possível alcançá-lo sem que a capacitação humana e profissional torne-se uma realidade.

Outro aspecto que legitima esse projeto é a busca pela qualidade de vida, especificamente para a população regional, sedenta de profissionais qualificados, empreendedores, éticos e adaptados às áreas da moderna administração.

Considera-se ainda a formação superior como indicador significativo na melhoria dos processos nas mais diversas áreas. Tratando-se da formação no âmbito da gestão, a área de abrangência se amplia.

Do ponto de vista da integração, entende-se que ao traçar uma diretriz estratégica com o intuito de promover a capacitação da população, busca-se a elevação do perfil educacional e o nível de qualificação. Esta prática integra-se ao objetivo dos setores da Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia que promovem e asseguram a inserção do Estado na sociedade do conhecimento.

O curso proposto visualiza a possibilidade de seus egressos conquistarem melhores postos de empregos e por conseqüência, promover a redução das desigualdades sociais. Quando se tem uma melhoria na qualificação profissional, conseqüentemente alcança-se o desenvolvimento econômico, promove-se a transformação social, melhora-se os padrões de qualidade.

Este contexto reafirma a necessidade de capacitar pessoas para atuarem com eficiência nas diversas Organizações, não só a nível local, mas também a nível regional e nacional, já que a área administrativa ainda impõe grandes desafios aos setores público e privado, dado o elevado contingente de empreendimentos que deixam de existir antes de completar um ano, tendo como uma das causas mais expressivas a falta de visão profissional, liderança e capacitação para análise, planejamento e operacionalização.

Em relação ao município de São Gonçalo, região de inserção da Faculdade Paraíso e do curso proposto, o mesmo divide a chamada Região Metropolitana II, pertencente ao estado do Rio de Janeiro, com os municípios de Niterói, Itaboraí, Tanguá, Silva Jardim e Rio Bonito. Essa região constitui-se num espaço de pressão social em virtude de um crescimento econômico nem sempre acompanhado pelo atendimento das necessidades básicas da população e está próxima de grandes centros de consumo, além de possuir áreas livres para atração de investimentos, disponibilidade de malha viária estadual e federal e potencialidade de turismo receptivo.

Da Região Metropolitana II, o município mais populoso é o de São Gonçalo que hoje está com população em torno de um milhão de habitantes, o dobro de Niterói. As principais atividades econômicas de São Gonçalo estão ligadas a comércio e bens e serviços, das quais, podemos destacar as desenvolvidas pelas 5.803 empresas comerciais e de reparação automotiva, pelas 1.036 empresas relacionadas à indústria de transformação,

pelas 379 empresas de construção e pelas 250 empresas ligadas a transporte, armazenagem e comunicações. Tal panorama, adicionado a anunciada instalação de um porto em região São Gonçalense, fazem deste município, sem sombra de dúvida, um pólo de atividades para diversas áreas comerciais que envolvem logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos, fato este que vêm justificar plenamente a implantação do presente curso.

No período recente, a crescente internacionalização da economia brasileira, resultado de um novo *boom* de investimento direto estrangeiro ocorrido na década de 90, impulsionou novamente o debate sobre o papel das empresas estrangeiras. Outras modificações ocorridas nos últimos anos também são extremamente relevantes do ponto de vista deste debate e dos impactos da internacionalização sobre o desempenho do setor produtivo nacional.

Em primeiro lugar, pode-se citar o processo de liberalização comercial e financeira pelo qual passou a economia no início dos 90 que, ampliou os coeficientes exportados e importados da produção e, de certa forma, deixou a economia brasileira mais suscetível às mudanças de humor dos mercados financeiros globalizados. Em segundo lugar, os acordos regionais de comércio, como o Mercosul, a Alca e o acordo Mercosul-União Européia, podem ter impactos significativos sobre o desempenho externo do país nos próximos anos.

Frente a esse contexto, grande parte dos estudos recentes sobre o papel da empresa estrangeira, buscaram analisar seus impactos sobre os fluxos de comércio.

Particularmente, a mudança em direção a uma maior abertura da economia parece ter levado alguns analistas a acreditarem que o papel das empresas estrangeiras no comércio exterior brasileiro iria se tornar mais significativo e benéfico para o país. Neste sentido, vários estudos buscaram comparam o desempenho comercial das empresas estrangeiras e das empresas nacionais. Os resultados obtidos, de modo geral, demonstraram a existência de um comportamento diferenciado, com maior integração externa das empresas estrangeiras, mais forte, entretanto, em termos de importações do que de exportações.

a) Impactos do Investimento Direto Estrangeiro e das Empresas Transnacionais sobre o Comércio Internacional

O crescimento acelerado tanto dos fluxos de comércio quanto dos fluxos de investimento direto estrangeiro vem recebendo grande atenção dentro do campo da economia internacional no período recente. Como pode ser visto na tabela 1, os fluxos de

comércio e principalmente de IDE cresceram a uma taxa média bastante superior ao do produto mundial nos últimos 20 anos.

Também através da tabela 1, pode-se perceber que a contrapartida da intensificação nos fluxos de IDE em relação ao comércio e ao produto mundial foi o aumento da importância das atividades das ETs na economia global. Para um total de vendas das filiais de ETs que atingiu em 2000 o valor de US$ 15,6 trilhões, o valor adicionado chegou a US$ 3,1 trilhões, com taxas médias de crescimento entre 1982 e 2000 de 8,9% e 8% ao ano respectivamente. A participação das filiais na geração do PIB mundial cresceu de 5,6% para 10,1 % nesse mesmo período. Vale lembrar que esses dados não incluem o produto criado pelas operações das matrizes nos paises de origem, apenas o de suas filiais no exterior, fato que subestima a participação das ETs na geração da riqueza mundial.

É importante ressaltar ainda que no setor industrial, a participação das filiais no produto é bastante maior do que nos setores de produtos primários e de comércio e serviços. De acordo com estimativa realizada por Lipsey (1998) em 1990, a produção internacionalizada na indústria, isto é a produção em um país controlada por firmas baseadas em outros países, era responsável por 16% do produto industrial mundial, patamar que também deve ter aumentado nos anos mais recentes.

Quanto aos fluxos comerciais, o total de exportações realizadas pelas filiais das ETs estava estimado em US$ 3,5 trilhões em 1999, o que representou cerca de 56% do total de exportações mundiais, contra uma participação de 35,7% em 1982. Também nesse caso, a participação das matrizes não está contabilizada, o que subestima a participação das ETs nas exportações totais. Ainda assim, esses dados são uma indicação muito clara de que IDE e comércio internacional são fenômenos interdependentes. Mais do que isso, observa-se que uma parte crescente dos fluxos de comércio está sob controle das ETs.

Tabela 1 - Indicadores econômicos mundiais e das filiais das ETs – Anos Selecionados – US$ bilhões de 2000

	1982	1990	2000	Δ 82/2000 (% média a.a.)
Dados Mundiais				
Fluxo de IDE	77	239	1.271	16,9%
PIB Mundial	14.086	24.518	31.363	4,5%
Exportações	2.492	3.977	6.338	5,3%
Dados das filiais de ETs[a]				
Vendas	3.373	6.256	15.680	8,9%
Ativos	2.601	6.804	21.102	12,3%
Produto	789	1.625	3.167	8,0%
Exportações	889	1.335	3.572,00	8,0%
Produto Filiais de ETs/PIB Mundial (%)	5,6	6,6	10,1	
Exp. Filiais de ETs/Exp. Mundiais (%)	35,7	33,5	56,4	

Fonte: Unctad

a. Para 2000: estimativa da Unctad

Esse fenômeno tem resultado em um grande número de estudos, tanto teórico quanto empírico, que têm buscando esclarecer as relações existentes entre os fluxos e IDE, a atuação das ETs e os fluxos de comércio, tratando essas variáveis de maneira mais integrada.

Do ponto de vista das teorias de comércio, o reconhecimento da importância das atividades das ETs sobre os fluxos de comércio foi durante muito tempo negligenciada. A formalização dos modelos de vantagem comparativa do tipo Heckscher-Ohlin tinha, entre os seus vários pressupostos, a hipótese de que os fatores de produção eram imóveis internacionalmente, o que equivale a dizer que os fatores de produção só podiam ser explorados onde estivessem localizados. Além disso, a idéia de firma subjacente ao modelo era de uma unidade de produção produzindo apenas um produto, com apenas uma planta em um ambiente onde prevalecia a concorrência perfeita em todos os mercados.

Isto é, excluía-se de antemão qualquer possibilidade de existência de firmas multinacionais, tanto pela impossibilidade de as firmas de um país utilizar os fatores de produção de outro país, quanto pelo fato de que seria impossível para uma firma estrangeira acumular qualquer tipo de vantagem sobre as firmas domésticas para produzir no mercado local, dada a hipótese de concorrência perfeita.

Atualmente, embora as teorias de comércio que excluem as multinacionais ainda permaneçam como explicação padrão, o reconhecimento de que a atuação das Ets influencia os fluxos e os padrões de comércio têm estimulado o surgimento de trabalhos que buscam incorporar a questão das multinacionais dentro de modelos de equilíbrio associados às novas teorias de comércio internacional.

Basicamente, podem ser identificadas duas linhas principais de argumentação para explicar o surgimento das Multinacionais nos novos modelos de comércio. A primeira, onde se destacam Helpman (1984) e Helpman e Krugman (1985) procura explicar os investimentos verticais das multinacionais, isto é, aqueles investimentos caracterizados pela separação das etapas das cadeias produtivas em países distintos, através do aproveitamento nas diferenças na proporção dos fatores dos países. Nesses modelos, as firmas se caracterizariam por concentrar as atividades associadas aos serviços corporativos, mais intensivos em capital, no país com melhor dotação relativa de capital, exportando esses serviços para a unidade produtiva localizada no país melhor dotado de trabalho, que, por sua vez, iria exportar o produto final. A lógica do investimento internacional estaria associado, portanto, à possibilidade de separar as etapas produtivas e aproveitar as diferenças nos custos dos fatores, criando comércio intra-firma de serviços corporativos e produtos finais.

A segunda linha, desenvolvida por autores como Brainard (1993), Markusen (1995) e Markusen e Venables (1998), analisa os investimentos horizontais, isto é, a instalação multinacional de plantas com linhas de produtos semelhantes em países similares em termos de tamanho de mercado, renda e dotação de fatores. O investimento horizontal surgiria sempre que houvesse custos de transporte e/ou tarifas elevadas e economias de escala ao nível da planta, reduzidas em relação às economias de escala ao nível da firma. Esses modelos prestam-se, portanto, a explicar o crescente fluxo de IDE realizado de maneira cruzada entre países desenvolvidos. A situação de equilíbrio em que prevalecem as multinacionais resultaria no predomínio das vendas diretas no país de implantação das filiais em detrimento das exportações.

A partir de uma outra perspectiva, mais distante dos modelos de equilíbrio e mais associada à literatura sobre as operações das ETs, estudos como o de Chesnais (1996), Dunning (1993), e UNCTAD (1995, 2002a, 2002b) destacam que a interação verificada no período recente entre o acirramento da concorrência em nível mundial, a desregulamentação/liberalização dos mercados e a difusão de tecnologias de informação tem levado as ETs a atuarem de uma maneira que não está associada somente à busca de explorar diferenciais de custo de fatores ou à busca de exploração de novos mercados.

Os fluxos de IDE passaram a se voltar também para a racionalização da estrutura de recursos estabelecida anteriormente, de maneira a aproveitar economias de escala e escopo possibilitadas pela gestão unificada de atividades produtivas geograficamente dispersas (*efficiency seeking*) e/ou para adquirir ativos capazes de alavancar capacitações

competitivas e auxiliar na perseguição de objetivos estratégicos em mercados globais e regionais (*strategic asset seeking*).

Se antes a cadeia de valor das corporações era em grande parte reproduzida em cada filial, a expansão e racionalização dessa estrutura resultou em uma cadeia de valor mais fragmentada, com as filiais realizando atividades e funções com base em uma divisão internacional do trabalho intracorporativa mais complexa. Nesse contexto, a decisão de onde alocar uma atividade produtiva ou corporativa passou a ser baseada na expectativa de contribuição para o desempenho global das ETs. Tornou-se mais comum a existência de filiais mais especializadas e responsáveis por fornecer componentes ou uma determinada linha de produtos para o restante da rede em uma determinada região ou mesmo globalmente, respondendo inclusive por funções corporativas associadas a essa linha, como por exemplo a organização das compras e a P&D (UNCTAD, 1995).

Como o potencial de acumulação da ET passou a depender da maneira como ela organiza, coordena e integra as diversas atividades globalmente, verificou-se uma intensificação nos fluxos de informações e recursos entre as a matriz e as filiais e entre as várias filiais. Esses fluxos envolvem desde recursos financeiros, até tecnológicos, passando por todo tipo de informação associada à gestão corporativa. Entretanto, é no fluxo de produtos que essa integração se mostrou mais visível. O aumento da participação das ETs nos fluxos de comércio verificado na tabela 1 reflete não apenas a expansão quantitativa da internacionalização das grandes empresas, mas também as mudanças relacionadas às novas formas de atuação das grandes corporações e os novos objetivos dos fluxos de IDE.

Outra mudança importante associada à expansão e integração das atividades das multinacionais em nível global diz respeito ao crescimento do comércio intra-firma. De acordo com estimativas da UNCTAD (1995) cerca de dois terços do comércio mundial envolve, de alguma maneira, alguma empresa multinacional. Desse total, cerca de metade é comércio intra-firma. Ou seja, o comércio intra-corporativo responde por cerca de um terço do total do comércio mundial.

Assim, qualquer tentativa de analisar os fluxos e os padrões de comércio sem considerar que uma parcela cada vez maior desses fluxos é realizadas de maneira internalizada pelas ETs ou através de esquemas de subcontratação controladas por ela, não envolvendo, portanto, transações puras de mercado (*arms-lentgh*), é no mínimo parcial.

Ou seja, no contexto atual, faz parte da própria lógica da atuação das Ets reorganizar as cadeias de produção e comercialização globais, implicando necessariamente transformações estruturais nos padrões de comércio dos países de origem e de destino do IDE.

b) Empresas Transnacionais e o Comércio Exterior Brasileiro na Década de 90

Depois de permanecer em níveis pouco significativos durante toda a década de 80, o fluxo de IDE para a economia brasileira volta a aumentar na década de 90, em especial na sua segunda metade. De um patamar médio de US$ 2 bilhões no período 1990-95, o fluxo recebido aumentou continuamente, atingindo o auge em 2000, apresentando tendência de queda a partir de então, embora ainda em níveis bastante elevados. Em termos relativos, a participação do Brasil, seja no fluxos mundial, seja no total recebido pelos países em desenvolvimento também aumentou em relação ao início da década (tabela 2).

Tabela 2 – Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro em Países Selecionados (US$ milhões)

Países e Regiões	1990-95*	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países em Desenvolv.	74.288	152.685	191.022	187.611	225.140	237.894	204.801
Brasil	**2.000**	**10.792**	**18.993**	**28.856**	**28.578**	**32.779**	**22.457**
Brasil/Mundo	0,9	2,8	4,0	4,2	2,6	2,2	3,1
Brasil/Ped	2,7	7,1	9,9	15,4	12,7	13,8	11,0

Fonte: BACEN, CEPAL e UNCTAD. Elaboração NEIT/IE/UNICAMP.
(*) Média anual

A contrapartida dos fluxos elevados de IDE no período foi o aumento da importância das empresas estrangeiras na estrutura produtiva e de comércio exterior brasileiro. Considerando as informações sobre as 500 maiores empresas privadas brasileiras, em 1989 as empresas de capital estrangeiro representavam 30% do número de empresas e 41% das vendas. No ano 2000, passaram a representar 46% das empresas 56% das vendas (Laplane e Sarti, 2002).

O aumento da importância das empresas estrangeiras voltou a chamar atenção sobre os efeitos da atuação dessas empresas sobre a estrutura industrial brasileira, em especial sobre os fluxos de comércio.

Vários estudos buscaram analisar o desempenho comercial das empresas estrangeiras e verificar a diferença em relação aos padrões de comércio das empresas nacionais, utilizando diferentes base de dados e diferentes metodologias.

Moreira (1999), por exemplo, trabalhando com informações do IRPJ de 1997 e com cerca de 26 mil empresas, constatou que para um dado setor e para um dado tamanho de

firma, as exportações das empresas estrangeiras eram, em média, 179% superiores às nacionais, enquanto as importações eram em média 316% maiores.

Pinheiro e Moreira (2000), a partir da mesma base da dados, verificaram que as empresas estrangeiras tinham uma maior probabilidade de exportar e, além disso, um valor esperado de suas exportações 32% maior do que o valor esperado das exportações das empresas nacionais. Entretanto, o estudo também mostrou que à medida quem o tamanho das firmas aumentava, a diferença entre exportações de empresas nacionais e estrangeiras diminuía. Outras variáveis como receita total, intensidade de capital e de mão-de-obra, salário médio e qualificação do trabalhador, concentração e utilização da capacidade dos setores nos quais as empresas atuavam também foram incluídas no modelo estimado.

Nesse trabalho, os autores não abordaram as diferenças existentes entre os dois grupos de firmas em termos de importações.

Outro exercício no sentido de identificar as diferenças no comportamento comercial de empresas nacionais e estrangeiras foi elaborado em Chudnovsky et all (2002), a partir de informações sobre as 500 maiores empresas brasileiras. Neste estudo, os autores observam um aumento do coeficiente de importação das empresas estrangeiras no Brasil no período 1992-2000 e uma pequena redução nos seus coeficientes de exportação. A partir de um teste de diferenças de médias no qual foram controlados o setor e o tamanho da firma, os autores constataram que não existiam diferenças significativas nos coeficientes de comércio entre empresas estrangeiras e nacionais em 1992. Em 1997 e 2000, entretanto, embora as diferenças não se mostrassem significativas para os coeficientes de exportação, eram significativas para os coeficientes de importação.

Por fim, o estudo de De Negri (2003), trabalhando com os micro-dados da PIA cobrindo cerca de 54 mil empresas no período 1996 a 2000, também verificou, a partir de uma análise de painel, uma diferença no comportamento comercial de empresas nacionais e estrangeiras. Também nesse estudo a diferença em favor das estrangeiras foi muito superior para as importações do que para as exportações. No modelo de efeitos aleatórios, controlando fatores como tamanho, produtividade, qualificação da mão-de-obra, diferenciação de produto e setor de atuação, os resultado mostram que as empresas estrangeiras exportavam em média 70% a mais do que as nacionais e importavam 290% a mais.

Em resumo, os estudos mostram que as empresas estrangeiras apresentam uma orientação externa maior do que a das empresas nacionais, principalmente em termos das importações. Para as exportações, verifica-se uma diferença menos acentuada, em especial quando se consideram empresas de grande porte.

Além da diferença em termos de desempenho comercial, um outro aspecto importante no que diz respeito aos impactos da atuação das empresas estrangeiras está relacionado aos padrões de origem e destino dos fluxos de comércio. Esse é um aspecto que merece ser melhor analisado uma vez que tem implicações importantes no debate sobre os efeitos dos acordos de integração em processo no Brasil na conjuntura atual.

Como destacam Baumann e Carneiro (2002), considerar a origem do capital e os impactos das ETs pode levar a qualificações importantes nos estudos que buscam estimar efeitos dos processos de integração considerando que as transações ocorrem apenas entre agentes totalmente independentes.

O estudo de Laplane et. all (2001), por exemplo, considerando uma amostra de 100 grandes empresas estrangeiras no ano de 1997, mostra que essas empresas concentravam cerca de 40% de suas vendas externas no Mercosul e na Aladi, com participações bastante menores nas regiões mais desenvolvidas (16,6% no Nafta e 18,5% na União Européia). Por outro lado, as importações eram mais concentradas nas regiões mais desenvolvidas (27,7% provenientes do Nafta e 36% da União Européia). Os autores associam esse padrão ao papel desempenhado pelas filiais brasileiras na estratégia das matrizes, condicionando o comércio intra-firma no sentido da importação de insumos, componentes e produtos finais, principalmente aqueles com maior conteúdo tecnológico, da matriz ou de outras filiais localizadas nas regiões mais desenvolvidas, com o atendimento prioritário ao mercado interno e exportações para o Mercosul e Aladi.

Por outro lado, a análise de Pinheiro e Moreira (2000), ao reproduzir as estimações do modelo citado anteriormente para diferentes regiões, destaca que a maior probabilidade de exportar para as empresas estrangeiras em relação às nacionais se mantém em todos os mercados. Tanto para as nacionais quanto para as estrangeiras as exportações seriam direcionadas prioritariamente para a América Latina, seguido pelos outros Países Industrializados exceto Estados Unidos e Canadá e com os mercado dos Estados Unidos e Canadá em terceiro lugar.

O trabalho de Baumann e Carneiro (2002) busca analisar de maneira mais explícita a influência do comércio intra-firma, verificando até que ponto a concentração geográfica das exportações estaria associada ao país de origem das ETs operando no Brasil. Dada a inexistência de informações detalhadas sobre o nível de comércio intra-firma no Brasil, os autores recorrem à hipótese colocada por Baumann (1993) de que para uma determinada empresas multinacional com origem em um determinado país, as transações realizadas com o país de origem seriam fundamentalmente com a própria matriz ou com os canais de comercialização organizados por ela. Apesar da possibilidade de existirem transações com

o país de origem que não são intra-firma, a aproximação usada pelos autores é a melhor disponível, dada a limitação de dados.

Utilizando um modelo Probit, os autores buscam verificar os fatores que explicam o aumento das exportações entre 1995 e 2000 para um conjunto de 43 empresas. Entre os fatores, resultaram significativos além do grau de abertura da empresa e da variação das vendas, o fato da empresas exportarem preferencialmente para o Mercosul, para o Nafta e para os países que compõem a Alca. A partir desses resultados os autores testam os fatores que explicam a variação das exportações entre esses dois anos para 4 tipos de mercado: o próprio país de origem, Mercosul, Nafta e Alca. As conclusões são que as empresas que experimentaram crescimento acelerado das vendas o fizeram canalizando suas vendas preferencialmente para essas regiões. De acordo com o estudo quanto maior o peso do comércio exterior em relação à receita líquida de uma empresa, maior a probabilidade que essa empresa destina uma parcela crescente de suas exportações para o país de origem. Os autores destacam também que as empresas estrangeiras também concentram uma parte relevante de suas importações com o país de origem, embora não tenham especificado um modelo para explicar as importações.

As evidências encontradas pelo estudo seriam uma indicação de que as estimativas sobre os efeitos dos acordos regionais com base apenas em considerações sobre desvio e criação de comércio, estariam distorcidas por não levarem em conta a influência das Ets sobre os fluxos de comércio. De fato, a resenha realizada por Castilho (2002) sobre vários trabalhos que buscaram analisar os impactos da Alca e do acordo Mercosul-União Européia mostra que, apesar das várias metodologias empregadas, nenhuma delas incorpora a importância das ETs e do comércio intra-firma.

Por fim vale destacar o estudo de Coutinho et. all (2003). Embora não tenha sido um estudo voltado explicitamente para analisar a influência das empresas estrangeiras sobre os padrões regionais de comércio, mas sim para analisar a situação competitiva e as perspectivas de um conjunto de cadeias produtivas frente às novas rodadas de negociações no acordo da Alca e Mercosul-União Européia, sua forma de análise e síntese dos resultados incorpora a questão da importância das estratégias das ETs. De acordo com o estudo, resultados positivos nos acordos de integração naquelas cadeias onde as filiais de ET são os agentes relevantes, estariam condicionados à possibilidade dessas filiais assumirem uma posição relativa mais favorável enquanto plataforma de exportação vis-à-vis outras filiais ou a própria matriz.

c) Orientação geográfica do comércio exterior das empresas estrangeiras

Dado que vários estudos já destacaram as diferenças existentes, em termos de volume de comércio, entre empresas nacionais e estrangeiras, esta seção tem o objetivo de identificar e qualificar essas diferenças em termos de orientação regional. A pergunta a ser respondida é se o padrão regional de comércio das empresas estrangeiras se diferencia das empresas domésticas e, entre as próprias estrangeiras, se a região de origem da empresa constitui fator importante na determinação do seu padrão regional de comércio.

Para tanto, foram utilizadas informações sobre o comércio exterior de 80 empresas nacionais e 85 empresas estrangeiras nos anos de 1989, 1997 e 2000. Essas empresas fazem parte das 500 maiores empresas brasileiras e foram selecionadas por permanecer entre as maiores nos três anos considerados. Entre as empresas estrangeiras, 33 tem sua origem no Nafta (Estados Unidos e Canadá), 42 são provenientes da União Européia, 7 da Ásia e 3 de outros países do mundo.

Entre as informações disponíveis, estão o volume de importações e de exportações das empresas, por região de destino e origem, bem como o faturamento e setor de atuação (*O setor de atuação é definido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE -, a dois dígitos, a partir do produto mais representativo no faturamento da empresa*) de cada uma delas. Todas as variáveis estão expressas em dólar a preços de 2000, deflacionadas pelo IPA norte-americano.

As empresas do painel representam cerca de 30 % do total das vendas da indústria (*O valor total das vendas da indústria foi obtido a partir da PIA - Pesquisa industrial anual - do IBGE, que cobre de maneira censitária as empresas industriais - Indústria de Transformação e Extrativa Mineral - com mais de 30 pessoas ocupadas. As empresas com menos de 30 pessoas ocupadas recebem cobertura amostral. As vendas das empresas do painel são vendas brutas, enquanto as vendas registradas pela PIA são vendas líquidas - excluem impostos indiretos*), cerca de 30% das exportações e mais de 20% das importações totais do país no período considerado. Portanto, embora seja uma amostra relativamente pequena de empresas, sua representatividade é elevada, o que nos permite extrapolar algumas das conclusões provenientes dessa análise para o conjunto da indústria.

Uma primeira aproximação sobre o padrão regional do comércio exterior das empresas brasileiras pode ser feita a partir da tabela 3, que mostra a proporção do comércio das empresas, segundo sua nacionalidade, destinadas ou oriundas de diversas regiões. Constata-se, a partir da tabela, que o mercado regional parece não ser muito relevante para as empresas nacionais, principalmente no que diz respeito às suas exportações. Apenas cerca de 10% das exportações das empresas nacionais destinam-se ao mercado regional. Esse quadro só se altera, em relação às importações, com o crescimento da importância da Aladi como origem das compras externas desse grupo de empresas. O restante do comércio

está relativamente bem distribuído entre Nafta, União Européia e Resto do Mundo, com maior relevância para as duas primeiras regiões.

Nacionalidade	Ano	Exportações						Importações					
		Merc.	Nafta	Aladi	U. E.	Ásia	RM	Merc.	Nafta	Aladi	U. E.	Ásia	RM
Brasileira	1989	3%	21%	1%	29%	33%	13%	8%	38%	13%	21%	9%	11%
	1997	9%	19%	3%	25%	26%	16%	7%	33%	12%	21%	15%	12%
	2000	6%	30%	2%	30%	17%	14%	9%	40%	11%	23%	9%	8%
Nafta	1989	4%	39%	8%	25%	14%	10%	4%	66%	2%	16%	11%	1%
	1997	32%	23%	12%	15%	8%	9%	6%	47%	1%	26%	11%	9%
	2000	25%	21%	13%	23%	8%	11%	21%	49%	1%	19%	6%	4%
U. E.	1989	5%	28%	8%	47%	4%	8%	11%	17%	3%	66%	2%	2%
	1997	32%	14%	14%	22%	8%	10%	20%	11%	2%	49%	7%	11%
	2000	19%	31%	10%	28%	4%	9%	15%	19%	0%	54%	10%	2%
Ásia	1989	1%	11%	3%	15%	66%	4%	3%	17%	0%	8%	72%	0%
	1997	10%	11%	9%	15%	54%	1%	2%	22%	0%	3%	72%	2%
	2000	5%	21%	3%	20%	50%	1%	3%	19%	0%	6%	70%	1%
RM	1989	8%	4%	1%	66%	10%	11%	0%	59%	2%	7%	1%	32%
	1997	18%	7%	1%	30%	14%	30%	0%	66%	6%	14%	0%	13%
	2000	11%	4%	4%	28%	27%	26%	2%	74%	1%	17%	1%	5%

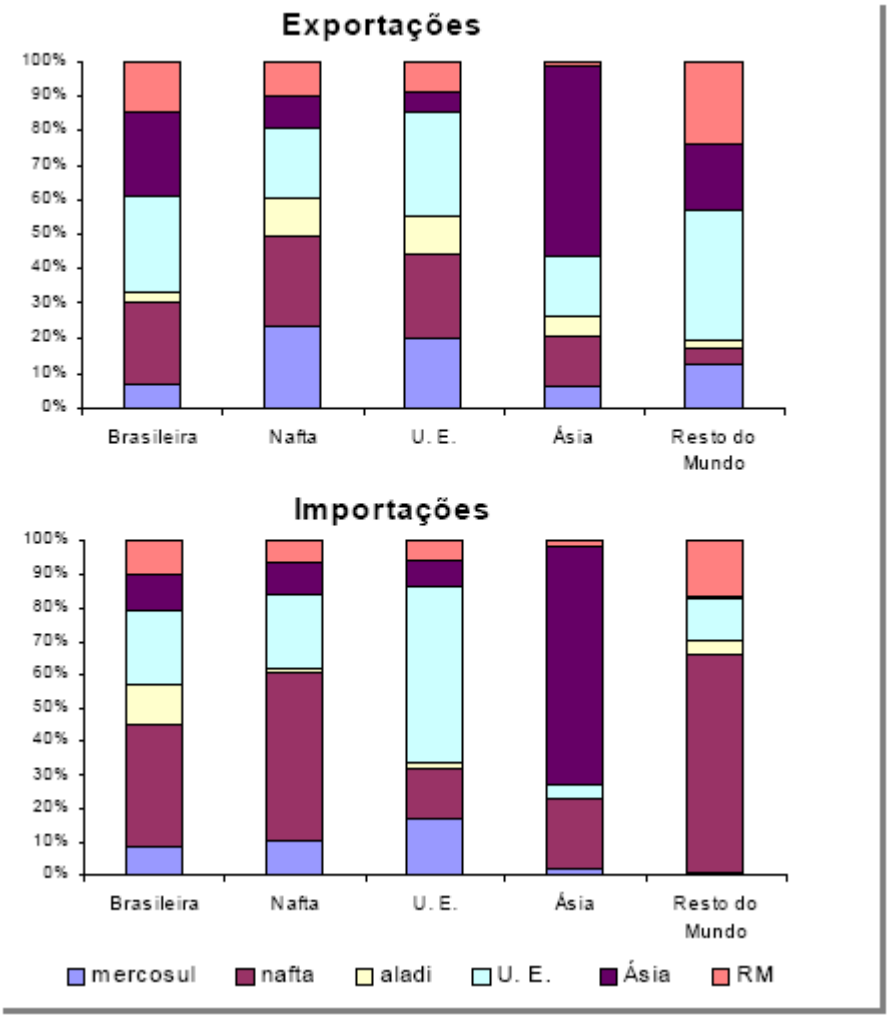
Fonte: Secex: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP

As empresas do Nafta e da União Européia, por outro lado, tem a maior parte de suas exportações divididas entre os seus mercados de origem e a América Latina, especialmente o Mercosul. Note-se que, em 1989, o Mercosul não representava um mercado importante para as exportações dessas empresas, fato que se altera na década de 90 com o aprofundamento do mercado comum. No que diz respeito às importações, os números evidenciam a importância dos mercados de origem sobre as importações dessas empresas, importância muito superior à verificada para as exportações.

As empresas Asiáticas são as mais integradas com sua região de origem, tanto em termos de importações quanto de exportações, fonte e destino de mais da metade do seu comércio externo. O gráfico 1 reproduz estes dados para a média dos três anos considerados, evidenciando as conclusões acima.

Apesar dos resultados bastante enfáticos, é possível realizar uma análise mais acurada deste padrão regional de comércio, através da estimação de um modelo econométrico que isole as possíveis influências do setor de atuação da empresa e do seu tamanho sobre as origens e destinos de seu comércio externo.

Gráfico 1. Exportações e importações das empresas selecionadas, segundo origem do capital e por região de origem/destino, média dos anos de 1989, 1997 e 2000



A amostra utilizada constitui um painel de várias empresas em três anos. Este formato das informações requer um tipo de modelo econométrico que se diferencia dos modelos tradicionais de regressão com cortes transversais. Assim como o modelo em cortes transversais, um modelo em painel capta os efeitos específicos aos indivíduos mas, diferentemente do primeiro, um painel é capaz de captar efeitos dinâmicos, específicos ao tempo. Uma das vantagens3 do modelo de painel sobre os modelos de regressão *cross section* é a capacidade de controlar a heterogeneidade existente entre os indivíduos através da estimação de efeitos individuais isolando, dessa forma, os efeitos das variáveis (Para maiores detalhes, ver Baltagi, B. H. (1995) e Hsiao, C., 1986) explanatórias dos efeitos individuais não mensurados pelo econometrista. Isso ocorre justamente devido à possibilidade do modelo captar aspectos dinâmicos relacionados a cada uma das variáveis explanatórias, ou seja, é possível captar a influência que a mudança em determinado parâmetro tem sobre a variável dependente, livre de influências individuais não captadas pelos demais parâmetros da regressão.

Em relação à análise de painel, é necessário salientar duas possíveis estratégias de estimação: a estimação de modelos com efeitos fixos ou com efeitos aleatórios. No modelo de efeitos fixos, os efeitos individuais podem ser livremente correlacionados com os demais regressores enquanto que, no modelo de efeitos aleatórios, supõe-se que não há correlação entre efeitos individuais e demais variáveis explanatórias. Para um modelo de efeitos fixos, o estimador de mínimos quadrados ordinários seria um estimador consistente e eficiente do modelo, chamado de LSDV (*least squares dummy variable model*). Por outro lado, ao se supor que as diferenças entre os indivíduos são aleatoriamente distribuídas, a estimação do modelo de efeitos aleatórios se daria através da utilização de mínimos quadrados generalizados.

Os resultados obtidos a partir dessas estimações encontram-se relatados na tabela 4. Em relação ao comércio com a América Latina, não parecem existir diferenças significativas entre as empresas estrangeiras de diversas origens e as nacionais, exceto para as empresas européias, que tendem a importar mais dessa região, embora seu coeficiente não seja muito significativo. Este resultado parece ser contraditório com os números apresentados na tabela 3, onde o mercado regional parecia desempenhar um papel relevante nas exportações das empresas européias e do Nafta. Vale lembrar que o coeficiente do modelo pode estar sendo influenciado pela pequena importância que o mercado regional tinha para estas empresas em 1989. Além do que, naquela tabela estávamos falando em proporção das exportações totais das empresas destinadas aos vários mercados. Isso sugere que, embora o mercado regional seja importante do ponto de vista da parcela de exportações das empresas individuais destinadas a ele, em termos de volume total de exportações para essa região, as empresas estrangeiras não apresentam diferenças significativas em relação às domésticas É em relação ao comércio com os países desenvolvidos que as diferenças de comércio entre empresas estrangeiras e nacionais são mais significativas, pelo menos no que diz respeito as suas importações.

No comércio com o Nafta, não existem diferenças significativas entre empresas estrangeiras, das diversas nacionalidades, e nacionais na parcela de suas exportações destinadas para essa região. Em outros termos, o volume de exportações destinadas ao Nafta pelas empresas nacionais não é significativamente diferente do volume de exportações das empresas do próprio Nafta, por exemplo. Pelo lado das importações, entretanto, as diferenças são significativas. Os coeficientes da regressão nos mostram que as empresas norte-americanas, canadenses e as empresas do resto do mundo tendem a importar volumes significativamente maiores do Nafta do que as empresas nacionais, como, aliás, já sugeria a tabela 3. É bom lembrar que essa diferença não é decorrente do setor de

atuação das empresas, como se poderia argumentar a partir dos dados iniciais, tendo em vista que esta foi uma das variáveis de controle inseridas no modelo. O coeficiente da *dummy* relativa a origem de capital da empresa nos informa que empresas do Nafta tendem a importar, em média, mais de 3000% a mais do que empresas de outras regiões.

Tabela 4. Resultados das estimativas para as exportações e importações das empresas para regiões selecionadas.

AMÉRICA LATINA(1)						
Variáveis	Exportações			Importações		
	Estimativa	Teste t		Estimativa	Teste t	
Intercepto	-5,57	-7,24	*	-6,15	-4,8	*
Lfat	0,98	7,91	*	1,14	6,24	*
Lit	0,16	0,59		-0,52	-1,14	
Nafta	0,33	0,98		0,40	0,78	
Rm	0,93	1,10		0,19	0,13	
Asia	0,33	0,44		-0,91	-0,78	
Eu	0,42	1,25		0,98	1,83	**
N. empresas		144			126	
R2		0,43			0,26	
Hausman	(Pr> m)	0,25			0,51	
NAFTA						
Variáveis	Exportações			Importações		
	Estimativa	Teste t		Estimativa	Teste t	
Intercepto	-4,25	-3,85	*	-6,84	-8,68	*
Lfat	0,87	4,90	*	1,17	9,74	*
Lit	0,91	1,85	**	-0,20	-1,03	
Nafta	-0,16	-0,31		1,53	4,06	*
Rm	1,11	0,56		1,72	1,78	**
Asia	-0,01	-0,01		0,004	0,01	
Ue	-0,41	-0,82		0,07	0,20	
N. empresas		125			154	
R2		0,19			0,38	
Hausman (Pr> m)		0,09			0,12	
UNIÃO EUROPÉIA						
Variáveis	Exportações			Importações		
	Estimativa	Teste t		Estimativa	Teste t	
Intercepto	-0,97	-0,75		-6,58	-9,86	*
Lfat	0,56	2,72	*	1,09	10,69	*
Lit	0,31	0,75		0,45	2,73	*
Nafta	-0,39	-0,64		0,57	1,83	**
Rm	0,82	0,46		-0,01	-0,01	
Asia	-1,28	-0,90		-1,07	-1,75	**
Ue	0,54	0,89		1,23	4,09	*
N. empresas		135			154	
R2		0,11			0,40	
Hausman (Pr> m)		0,31			0,99	

Obs. ** variável significativa a 10%. * variável significativa a 5%. (1) Mercosul e Aladi, exceto México.

As exportações para a União Européia também não são diferentes para empresas de diferentes nacionalidades, de mesmo tamanho, atuando em um mesmo setor e comercializando produtos com intensidade tecnológica semelhante. Entretanto, da mesma forma que as importações do Nafta, as importações provenientes da União Européia são significativamente maiores para empresas européias do que para as empresas domésticas (aproximadamente 1600% maiores em média). Empresas do Nafta também tendem a importar mais da União Européia do que as empresas nacionais, embora a diferença não seja tão substancial quanto para as empresas européias. Por outro lado é possível observar que as empresas asiáticas tendem a importar menos da União Européia do que as empresas nacionais e consequentemente, do que as próprias empresas européias.

Em termos gerais estes resultados nos mostram um padrão de comércio diferenciado entre empresas nacionais e estrangeiras e entre as próprias estrangeiras.

Parece existir uma vinculação muito forte, em termos de importações, das empresas estrangeiras com as suas regiões de origem, o que possivelmente, é conseqüência do comércio intra-firma das filiais estrangeiras no Brasil com suas matrizes. Entretanto, a existência destes canais de comércio das filiais brasileiras com suas matrizes não parece estar atuando no sentido de incrementar as exportações brasileiras para estes países, tendo em vista que não foi detectada uma propensão maior, por parte das estrangeiras, em exportar para suas respectivas regiões de origem.

Em linha com Laplane e Sarti (2003) e Hiratuka (2002), pode-se interpretar esses resultados como sendo conseqüência das estratégias de internacionalização das filais brasileiras, ou melhor da inserção das filiais brasileiras nas estratégias globais das matrizes.

Essa inserção está assentada basicamente no objetivo de atender ao mercado interno e à região mais próxima, sem cumprir função relevante como fornecedora para regiões mais desenvolvidas. Essa inserção é comum, tanto para as empresas do Nafta com para as empresas da União Européia, resultando em um padrão de integração assimétrico com suas regiões de origem, muito mais intensa pelo lado da importações do que das exportações.

Outro ponto a ser investigado, é o grau de intensidade tecnológica do comércio das empresas nacionais e estrangeiras. Nota-se, pela tabela 4, que a intensidade tecnológica é um fator relevante para explicar as importações provenientes da União Européia. Trabalhos teóricos sobre a influência do IDE sobre o comércio ressaltam a tendência das ET´s em internalizar a produção de bens mais intensivos em tecnologia. O estudo de Filipe et. all (2002) analisando os padrões de comércio intra-firma das multinacionais americanas também confirma a intensidade tecnológica como um fator determinante do comércio intra-

firma. Nesse sentido, o comércio intra-corporativo deve ser mais intensivo em tecnologia do que o comércio realizado com empresas independentes. A próxima seção dedica-se a investigar mais atentamente essa questão para as empresas estrangeiras do painel.

d) A intensidade tecnológica do comércio das empresas estrangeiras no Brasil.

Na seção anterior, pôde-se constatar que existe uma tendência de as empresas européias e norte-americanas em importar mais dos seus países de origem do que empresas de outras nacionalidades. É provável que boa parte do comércio com a região de origem seja realizada entre a filial e sua matriz, ou seja, que o canal que a filial brasileira utiliza para comercializar com o país de origem seja a sua própria matriz. Por essa razão, e devido à ausência de informações específicas sobre o comércio intra-firma no Brasil, o comércio com o país de origem é freqüentemente utilizado como uma *proxy* do comércio intra-firma (Baumann, 1993)

O comércio intra-firma pode estar sujeito a determinantes diferenciados do comércio total das empresas. Pode ser decorrência de estratégias específicas de cada empresa, de aspectos setoriais, ou, e é isso que essa seção procura identificar, da intensidade tecnológica dos produtos comercializados.

Para avaliar até que ponto a intensidade tecnológica tem influência sobre o comércio da empresa com sua região de origem, forma estimadas equações de exportação e de importação para/da respectiva região de origem da firma. A metodologia utilizada é, como na seção anterior, a análise de dados em painel. Foram retiradas da amostra inicial as empresas nacionais e do resto do mundo, ficando apenas as Asiáticas, Européias e do Nafta. Os resultados obtidos encontram-se na tabela 5.

Tabela 5. Resultados das estimativas para as exportações e importações das empresas para suas respectivas regiões de origem.

Variáveis	Exportações			Importações		
	Estimativa	Teste t		Estimativa	Teste t	
Intercepto	0,1	0,05		-7,16	-7,85	*
Lfat	0,73	2,63	*	1,01	8,05	*
Lit	-0,04	-0,08		0,93	3,85	*
Nafta	0,46	0,71		0,1	0,3	
Asia	1,93	1,51		0,02	0,03	
N. empresas		72			81	
R2		0,18			0,52	
Hausman	(Pr> m)	0,41			0,99	

Obs. ** variável significativa a 10%. * variável significativa a 5%.

O primeiro resultado relevante diz respeito aos coeficientes das *dummies* indicativas da origem do capital da empresa. Eles apontam a inexistência de diferenças significativas entre as ET´s de diversas nacionalidades, no que diz respeito ao comércio com suas respectivas regiões de origem. As empresas do NAFTA, por exemplo, parecem não apresentar um comércio intra-firma significativamente diferente daquele verificado para as empresas européias ou asiáticas.

No que diz respeito à intensidade tecnológica do comércio intra-firma das ET´s, os resultados mostram que quanto maior a intensidade tecnológica das importações das empresas, maiores serão suas importações a partir da região de origem. A cada aumento percentual no indicador de intensidade tecnológica dos produtos importados pela empresa, o volume de importações procedente da sua região de origem aumenta em 0,93%. Em relação às exportações para a região de origem, por outro lado, a intensidade tecnológica não chega a ser estatisticamente significativa. É bom lembrar que estes resultados estão livres da influência do setor de atuação da empresa, que é uma das variáveis de controle inseridas no modelo.

Pode-se concluir, portanto, que as importações realizadas pelas ET´s a partir de sua região de origem são mais intensivas em tecnologia do que suas importações totais, o que pode explicar a maior propensão das empresas a importarem de suas regiões, como foi mostrado na seção anterior. Dito de outra forma, uma das causas do maior volume de importações de sua região de origem pode ser a dependência tecnológica das filiais brasileiras em relação às suas matrizes, tendo em vista a relação, já explicitada, entre comércio com a região de origem e comércio intra-firma.

As explicações para este resultado podem estar relacionadas com a tendência das corporações transnacionais em internalizar a produção mais intensiva em tecnologia, ao invés de transacioná-las livremente no mercado. Essa internalização dificultaria que novas tecnologias, desenvolvidas pela corporação, fossem facilmente imitadas pelos concorrentes. Especificamente para o caso brasileiro, a assimetria entre exportações e importações pode estar relacionada com o papel representado pelas filiais brasileiras no conjunto das operações da corporação. Como Laplane e Sarti (1997, 1999) já haviam demonstrado, o principal atrativo do país para o investimento estrangeiro consiste na exploração do mercado interno e regional. Desse ponto de vista, a maioria das filiais brasileiras não detém mandatos mundiais para atuarem como fornecedoras globais da corporação, mas se integram à rede mundial absorvendo produtos, sejam intermediários ou finais, com maior conteúdo

tecnológico, das matrizes ou de filiais instaladas em países desenvolvidos, conforme ressaltado por Laplane et all (2001) e Hiratuka (2002).

e) Considerações Finais

De acordo com o Censo de Capitais Estrangeiros realizado pelo Banco Central, as empresas com participação estrangeira eram responsáveis por 60% das exportações e 56% das importações totais brasileiras no ano 2000. Considerando que para essas empresas a participação do comércio intra-firma respondia por 63% das exportações e 57% das importações, temos que o comércio intra-firma respondeu por cerca de 38% das exportações totais brasileiras e por 33% das importações.

É fundamental, portanto, verificar qual o impacto da atuação das empresas estrangeiras sobre o comércio exterior brasileiro. Como foi ressaltado acima, vários estudos vêm destacando a diferença em termos de comportamento comercial das empresas estrangeiras em relação às nacionais, enfatizando que a diferença ocorre de maneira muito mais pronunciada em termos de importação do que em termos de exportações.

Este estudo constitui uma contribuição importante, na medida em que os resultados do modelo permitem reforçar a hipótese de que um dos fatores importantes para explicar a diferença de comportamento entre as empresas nacionais e estrangeiras está relacionada à influência do comércio intra-firma. Nossa interpretação é que o fato das empresas dos Estados Unidos e Canadá e Européias, importarem mais de suas regiões de origem em relação às demais empresas, sem no entanto, apresentarem diferenças significativas quanto às regiões de destino das exportações, refletem a posição ocupada pelas filiais brasileiras nas estratégias globais das corporações.

Em um contexto mundial em que as ETs buscam reorganizar suas redes de produção de maneira a maximizar o resultados para o conjunto das operações globais, a posição da filial brasileira parece ser mais importante do ponto de vista do acesso ao mercado local do que do ponto de vista de ser um elo importante na rede global de fornecimento para outras regiões, principalmente quando se leva em conta a intensidade tecnológica dos produtos transacionados.

A partir dessas constatações, podem-se destacar duas implicações importantes. A primeira diz respeito às políticas de competitividade e de comércio exterior. Muitos países em desenvolvimento têm se preocupado em estabelecer políticas ativas de atração de investimentos, buscando ao mesmo tempo melhorar a contribuição dessas empresas para o comércio exterior e para o desenvolvimento industrial (UNCTAD, 2002b). Essas políticas partem do reconhecimento de que as decisões de investimento e de alocação de plantas

produtivas realizadas pelas grandes corporações transnacionais exercem impactos cada vez maiores sobre os fluxos de comércio. Esse é um fato que deve ser levado em conta ao se traçar alguma política associada ao investimento direto estrangeiro, ou de políticas de comércio direcionadas para setores onde essas empresas são predominantes. No caso brasileiro, deve-se avançar no entendimento dos fatores que condicionam o aproveitamento das redes de transações internas às grandes corporações, de maneira a verificar até que ponto esses fatores podem ser objeto de políticas públicas voltadas para aumentar os efeitos sobre as exportações.

A segunda diz respeito aos processos de negociações comerciais simultâneas que estão sendo desenvolvidas no âmbito da Alca e do acordo Mercosul-União Européia.

Como ressaltado por Baumann e Carneiro (2002) e por Coutinho et. All (2003), os estudos que procuraram avaliar os impactos dos acordos regionais têm a limitação de não considerar os efeitos do comércio intra-corporativo e as estratégias das ETs. Dessa maneira, devem ser complementados com análise que partam do reconhecimento de que uma parte relevante do comércio realizado com essas regiões não segue o padrão tradicional de comércio, uma vez que não é realizado entre empresas independentes.

Isso significa que os acordos devem ser analisados não apenas em termos do impacto imediatos sobre os fluxos de comércio, mas também do ponto de vista dos efeitos sobre os investimentos estrangeiros a serem realizados, seja por empresas já instaladas, seja por novos entrantes. Ou, dizendo de uma outra maneira, os acordos regionais podem ter impactos importantes sobre as atividades das filiais brasileiras e na sua inserção dentro da organização das corporações, o que, com certeza terá reflexos sobre os fluxos de comércio.

Por exemplo, reduções tarifárias no âmbito de acordos preferenciais regionais podem significar a opção de substituir a produção interna pela exportação ao mercado nacional a partir da região de origem da matriz ou de outras filiais localizadas em outros países participantes do acordo, o que poderia reforçar ainda mais os fluxos de importação intra-firma. Além disso, é possível também que parcela das exportações realizadas a partir do Brasil para os países envolvidos nos acordos sejam substituídas por fornecimento de outras partes da corporação. Por outro lado, também existe a possibilidade das preferências comerciais reforçarem a posição das filiais brasileiras, com melhor aproveitamento dos canais específicos das ETs para o atendimento dos mercados mais próximos.

Os produtos e Serviços só têm valor apenas quando disponíveis e posicionados considerando a perspectiva do cliente. Não adianta pensar que um produto, por exemplo,

enquanto caminha pela Cadeia de Suprimentos é um produto. Na verdade ele só será um produto a partir do momento que cumprir com as promessas nele contidas. A partir do momento que seu consumidor estiver usufruindo de suas promessas de benefícios. É o mesmo que dizer que uma Brastemp só é uma Brastemp quando estiver na casa do consumidor gelando os produtos que necessitam serem gelados. Até aquele momento ela era apenas um objeto branco andando da fábrica até chegar na casa do consumidor.

O estudo dos Serviços nunca esteve tão necessário quanto nos tempos modernos. Numa expressão não muito exagerada podemos dizer que o Século XXI será o Século dos Serviços. Serviços será o melhor caminho para criar e manter diferenciais competitivos neste mercado repleto de produtos com alto grau de desenvolvimento tecnológico e baixo grau de diferenciação em suas características.

A capacidade de adaptação nestes novos tempos é fundamental em função da grande permeabilidade que as empresas estão construindo no relacionamento de negócios entre fornecedores, distribuidores e funcionários.

Se as empresas - ainda que sejam predominantemente do setor industrial ou de commodities - querem sair da guerra de preços, precisam concentrar esforços na área de serviços. Exemplos disso são muitas empresas concentradas na área produtiva - como as montadoras de automóveis - fazem grandes investimentos em serviços - treinando os funcionários das concessionárias, por exemplo - para poder diferenciar-se.

Há diferenças substanciais entre o trabalho na manufatura e nos serviços. Enquanto a manufatura caracteriza-se pela transformação de uma matéria prima, e é tangível (envolvendo gestão de estoques, controle de qualidade e padronização), os serviços identificam-se pelo desempenho. Estes são intangíveis e envolvem gestão da capacidade, qualidade do desempenho (chamado de "o momento da verdade") e variedade de exigências (customização). Na manufatura, praticamente não há participação do cliente, e nos serviços, ele é fundamental. É por isso que os serviços são de difícil mensuração.

.

1. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

1.1. MISSÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade Paraíso tem por missão oferecer educação superior de excelência, conectada com o seu tempo e antenada com as mudanças da sociedade para formar cidadãos e profissionais competentes, éticos, empreendedores e conscientes da necessidade da formação continuada ao longo de toda a vida. A Faculdade Paraíso tem compromisso com a qualidade de vida, o protagonismo social, a solidariedade, o bom atendimento, a competência, o respeito a si mesmo, ao outro e a toda a forma de vida. Sua prioridade é o desenvolvimento do projeto pedagógico atualizado, com professores competentes, qualificados e que fazem aprender com uma infra-estrutura tecnologicamente avançada.

1.2. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A Faculdade Paraíso tem por objetivo geral desenvolver o ensino, estimular e incentivar a pesquisa e promover a extensão nas áreas em que atuar.

São objetivos específicos:

- formar profissionais qualificados, em seus cursos de graduação,
- especializar profissionais, em seus cursos de pós-graduação,
- oferecer oportunidades de educação continuada aos egressos e à comunidade em que está inserida,
- desenvolver programas de aperfeiçoamento e capacitação para os seus professores,
- zelar pelas condições de ensino dos cursos e programas ministrados e
- manter intercâmbio com instituições congêneres e articulação com as organizações da sociedade.

1.3. FINALIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Como instituição de educação superior, a Faculdade Paraíso tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo,
- formar recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada,
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive,

- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação,
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração,
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado, e simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e das práticas investigativas geradas na instituição.

A Faculdade Paraíso exerce essas finalidades nas áreas em que está autorizada atuar, até agora: ciências humanas e sociais, tecnologia e formação de professores. Os cursos e programas que oferecem à comunidade pretendem atender à demanda local e regional, ao tempo em que formam recursos humanos qualificados para o exercício de profissões e o desenvolvimento de empreendimentos característicos da terra de São Gonçalo e região. A Faculdade Paraíso está ampliando a sua área de atuação, na graduação e na pós-graduação, a fim de melhor cumprir a sua missão como uma instituição de ensino enraizada na comunidade gonçalense.

1.4. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

A Faculdade Paraíso tem diretrizes pedagógicas fundamentais, que devem sinalizar os projetos pedagógicos dos cursos com seus programas e as ações institucionais:

- o educando como construtor do próprio conhecimento e
- o professor como catalisador do processo da aprendizagem.

A partir dessas premissas, o professor é entendido como o profissional do ensino, com a responsabilidade de criar condições favoráveis à aprendizagem. E o aluno não será um simples receptor de informações, mas um profissional da aprendizagem que deve aproveitar as condições criadas pelo professor para a construção cada vez mais ampla e profunda de seu próprio saber.

As metodologias de ensino devem procurar desenvolver, no educando, a capacidade de análise crítica dos conhecimentos propostos, análise densa dos temas propostos, argumentação sólida e um acompanhamento dos avanços tecnológicos.

1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Faculdade Paraíso, ao submeter o seu primeiro regimento à aprovação do Ministério da Educação, optou por uma estrutura organizacional praticamente operacionalizada pelas IES novas e de seu porte: dois níveis de órgãos executivos e de colegiados. Na base, o Curso como unidade de

acadêmico-administrativo de negócios, tendo a Coordenadoria como órgão executivo e o Colegiado como órgão deliberativo de supervisão das atividades do Curso. Essa estrutura tem demonstrado ser propícia a uma IES de pequeno porte, como a Faculdade Paraíso.

É esta estrutura que está, a seguir, descrita resumidamente.

A Faculdade dispõe, em sua organização acadêmico-administrativa, de dois colegiados superiores (Conselho Superior e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), da Diretoria, como órgão executivo superior, da Coordenadoria de Curso, do NDE – Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, que administram a unidade Curso e a CPA - Comissão Própria de Avaliação.

a) Do Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSU) é constituído:

- pelo Diretor, seu presidente nato;
- por um representante dos coordenadores de cursos de graduação, escolhido por seus pares;
- por três representantes do corpo docente, indicados por seus pares, em lista tríplice;
- por um representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Superior;
- por um representante da Mantenedora, por ela indicado;
- por um representante do pessoal não-docente, indicado por seus pares, em lista tríplice; e
- por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei.

O mandato dos representantes é de dois anos, com exceção do representante discente, cujo mandato tem a duração de um ano.

Compete ao Conselho Superior:

- deliberar sobre a criação, organização e extinção de cursos de graduação e de cursos seqüenciais de formação específica, fixando-lhes as vagas anuais, mediante prévia autorização do Ministério da Educação;
- autorizar o funcionamento de cursos de pós-graduação, cujo reconhecimento, dos cursos em níveis de mestrado ou doutorado, depende de aprovação do Ministério da Educação;
- fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC;
- estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- elaborar e reformar o seu regimento, em consonância com as normas gerais atinentes;
- regulamentar as atividades de todos os setores da faculdade;
- emitir parecer sobre contratos, acordos e convênios que lhe forem submetidos pelo Diretor;
- aprovar o orçamento e o plano anual de atividades da Faculdade;
- decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;
- deliberar sobre o relatório anual da Diretoria;

- aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade;
- emitir parecer sobre o plano de carreira docente;
- deliberar, em instância final, sobre normas e instruções para o processo de avaliação institucional;
- decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- emitir parecer sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor; e
- exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento da Faculdade.

b) Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, é constituído pelos seguintes membros, com mandato de um ano:

- Diretor, seu Presidente;
- coordenadores dos cursos de graduação;
- três professores, indicados por seus pares, em lista tríplice; e
- um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório Acadêmico.

Compete ao CEPE:

- deliberar sobre o projeto pedagógico-institucional da Faculdade e sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação;
- emitir parecer nos processos sobre a criação de cursos de graduação ou pós-graduação e de fixação das vagas iniciais;
- regulamentar o funcionamento dos cursos seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão;
- emitir parecer sobre toda matéria didático-científica, além de aprovar medidas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- fixar normas para ingresso, promoção, aplicação de penalidades, premiação, suspensão ou dispensa de professor;
- regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos monográficos de graduação e atividades complementares;
- opinar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da Faculdade e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- fixar o calendário acadêmico anual;
- disciplinar a realização do processo seletivo, para ingresso nos cursos seqüenciais, de graduação e de pós-graduação;
- regulamentar as atividades de pesquisa e de extensão e deliberar sobre projetos e programas que lhe forem submetidos pelo Diretor, com parecer da coordenadoria do curso respectivo;

- fixar normas, complementares a este Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, transferências, trancamento de matrículas, matrícula de graduados, avaliação de desempenho, aproveitamento de estudos e regime especial, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão; e
- exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento da Faculdade ou emitir parecer nos assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor.

c) Da Diretoria

A Diretoria, exercida pelo Diretor, é o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da Faculdade. Em sua ausência e impedimentos eventuais o Diretor é substituído por um dos coordenadores de curso, a ser escolhido pelo próprio Diretor.

O Diretor é designado pela Mantenedora, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido, sendo suas atribuições regimentais:

- superintender todas as funções e serviços da Faculdade;
- representar a Faculdade perante as autoridades e as instituições de ensino;
- propor a criação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e as vagas respectivas, assim como linhas ou projetos de pesquisa;
- decidir sobre os pedidos de matrícula, trancamento de matrícula e transferência;
- promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade;
- convocar e presidir as reuniões do CONSU e do CEPE;
- elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo à aprovação do CONSU;
- elaborar a proposta orçamentária;
- elaborar o relatório anual das atividades da Faculdade e encaminhá-lo ao órgão federal competente, depois de apreciado pelo CONSU;
- conferir graus, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
- zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão;
- propor à Mantenedora a contratação ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- promover as ações necessárias à autorização e reconhecimento de cursos, assim como as relativas à renovação do credenciamento da Faculdade;
- designar os representantes junto aos órgãos colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia, coordenadoria, assessoramento ou consultoria;
- deliberar sobre publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;
- cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Regimento da Faculdade e demais normas pertinentes;
- homologar ou pedir reexame das decisões dos colegiados superiores;

- estabelecer normas, complementares ao Regimento da Faculdade, para o funcionamento dos setores acadêmico, técnico e de apoio administrativo;
- resolver os casos omissos neste Regimento, *ad referendum* do CONSU;
- exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento da Faculdade e
- delegar competência.

Compõem a Diretoria, vinculados diretamente ao Diretor, a Secretaria, a Biblioteca e outros órgãos suplementares ou de apoio técnico e administrativo, cabendo ao Diretor fixar o regulamento dos setores que integram a Diretoria.

d) Do Curso – Colegiado, Coordenadoria e NDE

O Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

O Colegiado de Curso é integrado pelo Coordenador de Curso, que o preside, por cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos, e por um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

O Coordenador de Curso é escolhido e designado pelo Diretor, para mandato de dois anos, juntamente com o seu suplente, que o substitui nas faltas e impedimentos eventuais.

Compete ao Colegiado de Curso:

- distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final CEPE;
- pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- expedir normas complementares para a organização e o funcionamento das coordenadorias de curso e sua articulação com os demais órgãos da Faculdade e
- exercer as demais competências em lei e no Regimento da Faculdade.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
- acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- apresentar, anualmente, ao Conselho de Curso e à Diretoria, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;

- sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e freqüência de alunos;
- promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- propor ou encaminhar proposta, na forma do Regimento da Faculdade, para a criação de cursos seqüenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- delegar competência; e
- exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento da Faculdade.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto pelo Coordenador do Curso e mais cinco membros do corpo docente que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimento da área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos, quando se tratar de novo curso;
- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso, quando de novo curso, e contribuir para sua consolidação;
- atualizar continuamente o projeto pedagógico do curso;
- conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- realizar as atividades de tutorias e orientações de trabalhos de conclusão de curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

e) Da CPA - Comissão Própria de Avaliação

- Conduzir os processos de avaliações internas,
- informar a direção e demais Conselhos Superiores e de cursos relatórios com diagnósticos das avaliações realizadas,
- auxiliar a Direção e os demais Conselhos nas tomadas de decisões Institucionais,
- fiscalizar o cumprimento das normas institucionais internas,
- acompanhar a implantação das metas estabelecidas neste documento,
- atuar conjuntamente com a administração nas tomadas de decisões,
- prestar informações quando solicitado por qualquer órgão ou representação federal.

2. ADMINISTRAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE GESTÃO

A particularidade da gestão da Faculdade Paraíso decorre dos fins que se procura alcançar, com a Concepção Político-Pedagógica assumida e com a natureza do processo em que se procedeu e se desenvolve essa busca, tendo-se sempre em vista, tanto as condições objetivas e subjetivas para as mudanças que se fizerem necessárias, quanto as bases para consolidar posturas essencialmente universitárias no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração. Sua estrutura organizacional permite práticas administrativas ágil, eficiente e eficaz.

O Curso como unidade acadêmico-administrativa, com funções deliberativas (Colegiado de Curso) e executivas (Coordenadoria de Curso e NDE), centraliza todas as ações acadêmicas e de apoio técnico-administrativo na base, onde a aprendizagem acontece, conferindo suficiência e consistência administrativas às ações educacionais. A ligação direta entre a Coordenadoria de Curso e o Colegiado de Curso da Faculdade permite que a prática administrativa tenha coerência e reflexos positivos na qualidade do ensino ofertado aos alunos, em todos os cursos ministrados.

2.2. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado pela Instituição, foi fruto de um trabalho coletivo que contou com participação de todos os setores da estrutura organizacional. Este trabalho foi coordenado por uma comissão que consolidou todos os planos oriundos da Diretoria, das Coordenações e dos Órgãos Suplementares.

O PDI delineado pela Faculdade Paraíso, em vigência para o qüinqüênio 2010-2014, reflete esforço conjunto para que seja concebido em sua totalidade e partiu de uma visão prospectiva que visa ao desenvolvimento na esfera nacional e regional.

Em relação aos aspectos orçamentários da instituição, é elaborado pela Diretoria Geral e aprovado pelo Conselho Superior, após levantamento das receitas, despesas e investimentos previstos, com base nos planos e programas, diretrizes, metas e ações que integram o PDI. Após aprovação pela mantida, o PDI, contendo o orçamento qüinqüenal, é submetido à homologação da

mantenedora, responsável juridicamente pela instituição. Homologado, a sua execução é automaticamente autorizada.

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa são monitorados pela mantenedora, em parceria com a Diretoria da instituição. Os ajustes são promovidos sempre que necessário, na receita, na despesa ou nos investimentos. A estreita colaboração entre a mantenedora e a mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilita a promoção das atividades consideradas adequadas, em cada momento da avaliação do desempenho institucional, no que refere aos aspectos financeiros e orçamentários.

Assim sendo, a Faculdade Paraíso assume o compromisso de alinhamento estratégico frente aos novos tempos, propiciando um ambiente que busque autonomia e contribua para torná-la, cada vez mais, uma Instituição inovadora com expressão regional compatível ao estágio atual de desenvolvimento que a realidade local impõe, bem como com as necessidades futuras.

2.3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

2.3.1. CORPO DOCENTE

A política de recursos humanos da Faculdade Paraíso tem, como instrumentos de realização, o Regimento e os planos de capacitação e de carreira docente.

O quadro docente é constituído por todos os professores atuantes nos cursos oferecidos pela Faculdade.

Os professores são contratados pela Mantenedora, por indicação da Diretoria da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente.

A admissão de professor é feita, mediante seleção, procedida pela coordenadoria do curso a que pertença a disciplina, e homologada pelo Diretor da Faculdade.

São atribuições do professor:

- elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Conselho de Curso, por intermédio da coordenadoria respectiva;
- orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- registrar a matéria lecionada e controlar a freqüência dos alunos;
- organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a freqüência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Diretoria;
- observar o regime disciplinar da Faculdade;
- participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

- recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção da Faculdade e seus órgãos colegiados;
- responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;
- orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação e seu desempenho acadêmico;
- não defender idéias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem o Regimento da Faculdade e as leis;
- comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenadoria do curso ou da direção da Faculdade;
- elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;
- participar da elaboração do projeto pedagógico e institucional da Faculdade; e
- exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento da Faculdade.

O regime disciplinar do corpo docente é disciplinado no Regimento da Faculdade.

2.3.2 - PLANO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

I. De acordo com o PDI vigente, as metas para capacitação do corpo docente da Faculdade Paraíso são as seguintes:

- atingir, no mínimo, vinte e cinco por cento dos integrantes do corpo docente nos cursos de capacitação profissional anualmente, com acesso ao Mestrado e ao Doutores;
- estimular os docentes a participar de cursos de pós-graduação, concedendo bolsa de 50% nos cursos oferecidos;
- criar um centro de treinamento em didáticas alternativas e atualização permanente do corpo docente com o objetivo de oferecer programas, cursos, colóquios e outras atividades que desenvolvam o conhecimento;
- subsidiar aos docentes, por meio de ajuda de custos, a participação em eventos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e em treinamentos específicos.

II. Para tanto, as seguintes ações foram planejadas:

- reservar, pelo menos, 50% das vagas dos cursos de pós-graduação para os professores e ao pessoal não-docente;
- ofertar para todo (100%) o corpo docente cursos e programas de atualização, aperfeiçoamento e especialização em didática e metodologia do ensino superior;
- possibilitar o treinamento na utilização de recursos da tecnologia educacional, em apoio às atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão;
- oferecer apoio pedagógico aos professores para o desempenho de suas funções;
- estipular ajuda de custos, a critério da Diretoria e de acordo com os recursos existentes destinados ao Plano de Capacitação, aos docentes que participarem de eventos promovidos por entidades de reconhecido valor, visando auxiliar na inscrição no evento e nas despesas com locomoção, hospedagem e alimentação.

O Plano de Carreira Docente da Faculdade Paraíso, que aguarda homologação da Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, encontra-se anexo a este Projeto Pedagógico.

2.4. Área de Convivência e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento de Atividades Esportivas, de Recreação e Culturais

A Faculdade oferece, à sua comunidade acadêmica, instalações próprias para convivência comunitária, tais como, áreas para vivências, práticas desportivas, recreação e lazer, ou seja, um Centro Esportivo Polivalente, numa área total de 1200 m^2, com capacidade para 1500 pessoas, sendo composto ainda, por: iluminação, sistema de som, salas de apoio e vestiários.

Para apresentações culturais, artísticas e recreativas, a instituição possui um auditório com 160 m^2, com espaço para acomodar 141 pessoas, sendo composto também por: corredor, palco, sistema de som e oito ventiladores.

2.5. Infra-Estrutura de Alimentação e de outros Serviços

A Faculdade oferece, à sua comunidade acadêmica, instalações próprias para alimentação e convivência comunitária (Restaurante Universitário com área de 300 m^2), bem como locais adequados ao atendimento de alunos, funcionários e docentes. Essas instalações cumprem com as normas de higiene e salubridade.

Nas proximidades da Faculdade existem locais de serviços úteis para alunos, docentes e funcionários, tais como livrarias, papelarias, lanchonetes, restaurantes etc.

2.6. Relações, Parcerias e Cooperação com a Comunidade, Instituições e Empresas

A Faculdade Paraíso mantém relações e parcerias com entidades representativas de São Gonçalo e região (categorias profissionais e econômicas) e com empresas e órgãos públicos. Essas parcerias viabilizam oportunidades de estágios (curriculares e extracurriculares) e atividades de extensão.

São conveniados com a Faculdade Paraíso as seguintes empresas e instituições:

- Rio Ita Ltda,
- Expresso Rio de Janeiro Ltda,
- Auto Ônibus Fagundes Ltda,
- Trans Turismo Rio Minho Ltda,
- Expresso Tanguá Ltda,
- Cantina Lacedonia Ltda,
- Prefeitura Municipal de São Gonçalo,
- Centro Social Panisset,
- Embalagens Manilhense Ltda,
- Centro de Olhos Av. Sete de Setembro Ltda – Hospital de Olhos de Niterói,
- Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 para o REAA,
- SESCOOP – RJ – Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo,
- Sitel do Brasil,
- CEMI – Centro Médico Integrado Ltda,
- Prefeitura Municipal de Saquarema,
- Marinha do Brasil,
- Laboratórios B. Braun AS,
- Microcad Computação Gráfica,
- Ricardo Nunes de Almeida ME (Body Company),
- STI de Alimentação e Afins Niterói,
- Eletro Lumiar Ltda,
- HSBC Bank Brasil AS – Banco Múltiplo,
- Pão do Atleta,
- Primeira Igreja Batista em São Gonçalo,
- Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu,
- Colégio Estadual Santos Dias,
- UNIMED São Gonçalo e Niterói,
- CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) Rio,
- Eco Sol Equipamentos Termo Hidráulicos Ltda,
- DI Soluções Web Ltda,
- Lancelot Serviços de Informática Ltda,
- Igreja Evangélica Jerusalém,
- Fundação Rubem Berta,
- Sendas Distribuidora S/A,
- Global Gym Academia,
- ProServ Serviços Ltda,
- Auto Serv. Prest. Serv. Assist. São Gonçalo Ltda,
- Madame J Moda Feminina,
- União de Lojas Leader S/A,

- Dilmar Com. De Mat. Elétricos Ltda,
- KIK Calçados Ltda,
- Prefeitura Municipal de Tanguá,
- L. F. Sistema Educacional S/C Ltda – Colégio Rei,
- Stahldach Construções Ltda,
- Prefeitura Municipal de Silva Jardim,
- Makky Distribuidora de Peças Ltda,
- Associação Missionária – Onde está seu Irmão? Proj. Oesi,
- Oftalmoclínica São Gonçalo Ltda,
- Serviços Urbanos Ltda,
- Milan 3000 Restaurante Bar e Café Ltda,
- Ibi Administradora e Promotoria Ltda,
- Multiplic Assessoria Contábil Ltda – ME,
- Air Point Ar Condicionado Ltda,
- Costa e Brito Indústria e Comércio Ltda – ME,
- IN-Pectore Working Service,
- CodePlast Colubande Desc. E Bem. Ltda,
- V.N. Silva – Viagens e Turismo,
- Centro Educacional Mendes Duarte,
- Petralco Comércio de Alimentos Ltda,
- RHLM – Centro de Formação Profissional S/S Ltda,
- Bebidas Real de São Gonçalo,
- Centro Educacional Pontes de Mendonça – Sabidinho,
- EMGEPRON – Empresa Gerencial de Projetos Navais,
- COMPEL – Construções, Montagens e Projetos Elétricos Ltda,
- Fundação Ponto Frio Alfredo João Monteverde,
- Personal Service recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda,
- Kraft Foods Brasil S/A,
- Provider Ltda,
- Abílity Comunicação Integrada Ltda,
- New Otimax Comércio de Produção Óticos Ltda ME,
- GAC Guimarães Construtora Ltda,
- K.S.I. Comércio Varejista de Ótica Ltda,
- Douglas Ribeiro Serafim – Óticas Perfeição,
- Externato Alfredo Backer,
- Sociedade Gonçalense Ltda – Colégio São Gonçalo,
- Armazéns Gerais Murundu Ltda,
- Veloso e Viana Foto Studio Ltda,
- Colina da Saúde Restaurante Ltda – ME,

- Metalpier Ind. De Usinagem Ltda,
- Método RH Cooperativa de Empreendedores Ltda,
- Asas da Eletricidade e da Hidráulica Ltda,
- Ubalpyro e Conservação Ltda,
- Recicle Injet Rio Reciclagem Comércio,
- Drogaria MFC 11 Ltda – FARMAIS,
- Hartmann Indústria e Comércio de Produtos Médico-Hospitalares Ltda,
- Comando Militar do Leste,
- Global Service Ltda,
- Instituto Raiz do Futuro,
- Ramar Gonçalense Automóveis Ltda,
- Óticas Barroso Ltda – ME,
- Drogaria ROF Ltda – ME – TAMOIO,
- Micro Rio Informática Ltda,
- Carapiá Indústria e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda,
- Altivo A. da Silva Centro Educacional,
- O Grande Oriente do Brasil,
- Senes – Sociedade de Ensino Especializado em Saúde,
- Climaex Comércio de Peças e Serviços Ltda,
- Union 4 Comércio e Serviços Ltda,
- Externato Hilmar,
- Studio Mágico Decorações Ltda,
- Loja Maçônica Monte Arara,
- Lab Laboratório Ambiental Ltda,
- Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis Ltda,
- Maita Assessoria Corretagem e Administração de Seguros Ltda,
- Actho Informática de Niterói e Papelaria Ltda,
- Procordis S.A.,
- CETEN – Centro de Educação Tecnológica de Niterói,
- Câmara de Dirigentes Lojistas de São Gonçalo;
- Associação dos Funcionários do BNDES,
- Sind. Dos Empregados em Estab. De Serv. Lab. E Pesq. Do RJ,
- Centro Educacional Melo de Souza Ltda ME,
- ADECCC – Assoc. de Defesa do Cidadão Contribuinte e do Consumidor,
- Clínica São Gonçalo Ltda,
- CAM Brasil Multiserviços Ltda,
- Centro de Ensino Faria Siqueira,
- Centro Educacional Teresa Cristina Ltda,
- Motorauto Nireroiense Auto Peças Ltda ME,

- Multisolutions Ltda,
- GOB-RJ – Grande Oriente do Brasil no RJ,
- Lab Cardiolab Exames Complementares Ltda,
- Visconti Contabilistas Associados Ltda,
- Sindicato dos Vigilantes de Niterói / São Gonçalo,
- A.S. Mattos Mármores e Granitos,
- Machado Albuquerque Gestão de Compras,
- SES Parise Atendimento em Software Ltda,
- ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro,
- CLASP – Clube de Assistência dos Servidores Públicos Federais,
- Surgical Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda,
- Sind. Dos Oficiais Eletricistas e Trab. Nas Ind. E Manut. Elétrica, Gás, Hidráulica, Sanitária, Mecânica e de Telefonia do Estado do RJ,
- Papelaria e Aviamentos 289 Ltda,
- Papelaria e Aviamentos Terra Nova Ltda,
- Caçula Papelaria – Tecidos e Armarinhos 253 Ltda,
- Caçula Papelaria – Armarinho da Alfândega Ltda,
- Caçula Papelaria – Parco Papelaria Ltda.

3. PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O projeto pedagógico do curso atende às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo MEC, especialmente quanto ao currículo, perfil de egressos e competências e habilidades a serem desenvolvidas, e oferece condições para o desenvolvimento de competências e habilidades adequadas ao perfil profissional de cada carreira. O projeto está adaptado à realidade local e regional.

Os princípios metodológicos, delineados nas diretrizes pedagógicas, são consignados nos projetos pedagógicos dos cursos. Devem conduzir o educando a aprender a ser, a fazer, a viver em sociedade e a conhecer, para a formação de um perfil profissional universalista, mas centrado em especificidades indispensáveis à empregabilidade, tais como:

- comportamento humano e ético;
- criatividade e inovação;
- aprendizagem continuada;
- trabalho em equipes multidisciplinares;
- domínio de comunicação e expressão; e
- domínio de procedimentos básicos no uso de microcomputadores e navegação nas redes da tecnologia da informação.

3.1. RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso de Tecnólogo em Logística é coordenado pelo professor ADRIANO SILVÉRIO HOFFMANN com titulação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial (área de conhecimento: Estratégias e Gestão). O coordenador é contratado sob o regime de tempo integral, onde 12 horas são destinadas para administração do curso de Logística.

3.2. PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Coordenação do Curso de Logística possui a sua disposição uma equipe de pessoal de apoio técnico e administrativo necessário à execução de seus serviços e ao cumprimento de suas atribuições. Os laboratórios contam com o serviço de técnicos especializados na preparação de aulas, na assistência aos docentes, durante as aulas e atividades práticas de laboratório, e na conservação e manutenção dos equipamentos e instalações específicas.

3.3. ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

As atividades de iniciação científica estão articuladas com o ensino de graduação, mediante a coordenação dos gestores de cada curso.

As atividades permanentes de extensão - e sua articulação com o ensino de graduação - são objeto de gerência afeta à Diretoria da Faculdade.

As atividades de práticas profissionais, desenvolvidas sob a forma de estágios curriculares (supervisionados) ou extracurriculares, estão articuladas com a função ensino, por intermédio da coordenadoria de estágios.

A participação efetiva dos discentes nas práticas investigativas e nas atividades de extensão é assegurada pela implementação dos programas de monitoria e de iniciação científica, com a concessão de bolsas. Todas essas atividades serão supervisionadas por docentes, especialmente designadas pela Diretoria, em regime de Tempo Integral ou Tempo Parcial.

O acompanhamento e a supervisão das atividades acadêmicas são desenvolvidos no nível da administração básica, pelas coordenadorias de curso e por outros órgãos competentes.

3.4. METODOLOGIAS DE ENSINO

Considerando que as avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares e que os cursos deverão utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação (Lei Nº 10861, DE 4 DE ABRIL DE 2004 - SINAES) e com a dinâmica curricular; optamos por priorizar as práticas pedagógicas que utilizam as atividades grupais.

As práticas pedagógicas a serem empregadas nos cursos Faculdade Paraíso são apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de tutoria e aprendizagem orientada para a comunidade, conforme consta a seguir.

a) Aprendizagem autodirigida

O estudante deverá conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constitui um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso, serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados.

Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos.

Cada aluno poderá discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu tutor e/ou orientador. Desta forma, procurar-se-á estimular os discentes para que desenvolvam sua capacidade de compreensão dos conteúdos ministrados através de práticas personalizadas de

estudo com o auxílio de professores escolhidos pelos mesmos e nomeados pela direção acadêmica da IES como responsáveis pela orientação do discente.

b) Aprendizagem baseada em problemas ou casos

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- aclarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?;
- identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;
- identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupal;
- identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema?;
- procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora?;
- repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares;
- sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.

Neste sentido, o discente poderá vivenciar situações práticas em sala de aula e em visitas técnicas conduzidas e orientadas por professores responsáveis por disciplinas específicas.

c) Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo de tutoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e

argumentos levantados, idéias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O aluno deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais.

O grupo de tutoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde alunos podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo.

É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais.

O grupo de tutoria promove a oportunidade para a auto-avaliação, na qual o aluno pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção.

Os grupos de tutoria serão compostos por alunos e suas atividades orientadas por um professor tutor, escolhido pelos alunos e nomeado pela direção acadêmica da Faculdade.

d) Aprendizagem orientada para a comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem.

A interação com a comunidade é desenvolvida continuamente em todas as séries dos cursos. Esta inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras.

A interação comunitária permitirá ao aluno trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo somente a um foco estrito, mas estendendo-se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados. Os alunos conduzirão, em equipes, pesquisas na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas.

A meta da interação comunitária é proporcionar aos alunos, por meio de um trabalho contínuo durante todo os cursos de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional. Esta meta é alcançada a partir do desenvolvimento de atividades em comunidades-alvo, através da execução de projetos de pesquisa e extensão elaborados e coordenados por professores com o auxílio da Coordenação do Curso, além do envolvimento ativo do aluno na preparação e ministração de cursos e/ou oficinas dirigidos à comunidade.

3.5. REGIME ACADÊMICO

3.5.1. NORMAS GERAIS

A Faculdade pode ministrar os seguintes cursos superiores:

- cursos seqüenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo CEPE;
- de graduação, incluindo os de tecnologia, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- de pós-graduação, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação; e
- de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelo CEPE.

O projeto pedagógico de cada curso deve estabelecer diretrizes para o alcance do perfil profissional desejado dos concluintes dos cursos profissionais e o desenvolvimento de competências e habilidades. O currículo do curso de graduação deve atender às diretrizes curriculares fixadas pelo MEC.

O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, duzentos dias, distribuídos em dois períodos letivos regulares, cada um com, no mínimo, cem dias de atividades acadêmicas efetivas, não computados os dias reservados aos exames finais, quando houver.

O período letivo prolongar-se-á, sempre que necessário, para que se completem os dias letivos previstos, bem como para integral cumprimento do conteúdo e duração estabelecidos nos programas das disciplinas ministradas nos cursos de graduação.

As atividades da Faculdade são programadas, anualmente, em calendário, do qual deve constar, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos letivos de matrícula, de transferências e de trancamento de matrículas.

Entre os períodos regulares podem ser executados programas de ensino, pesquisa e extensões, extracurriculares ou curriculares, sendo que, para estes, as exigências são iguais, em conteúdo, carga horária, trabalho escolar e critério de aprovação, às dos períodos regulares.

No site institucional são divulgadas as condições de oferta dos cursos, especialmente, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Das condições de ofertas dos cursos deverão constar as seguintes informações:

- ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;
- dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;
- relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;
- matriz curricular do curso;

- resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;
- valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional;
- projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;
- conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;
- descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.

3.5.2. PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos seqüenciais, de graduação e de pós-graduação, sob qualquer forma, é feito mediante processo de seleção, fixado pelo CEPE.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos, com as respectivas vagas, ato autorizativo, número de alunos por turma, local de funcionamento, prazo de validade do processo, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis. O edital é publicado, na íntegra, no site institucional até quinze dias antes do período de inscrição.

Os critérios e normas de seleção e admissão devem levar em conta os efeitos dos mesmos sobre a orientação do ensino médio e a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

3.5.3. ACESSO E MATRÍCULA

A matrícula, ato formal de ingresso no curso e vinculação à Faculdade, realiza-se em setor próprio, em prazo estabelecido no calendário acadêmico, instruído o requerimento, com a documentação disciplinada pelo CEPE. O candidato, classificado, que não se apresentar para matrícula, dentro do prazo estabelecido, com todos os documentos exigidos, perde o direito à matrícula.

A matrícula deve ser renovada nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico. Ressalvados os casos previstos neste Regimento, a não renovação de matrícula, no prazo regulamentar, implica abandono do curso e desvinculação do aluno da Faculdade.

Pode ser concedido trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos os estudos, manter o aluno sua vinculação à Faculdade e seu direito de renovação de matrícula.

Ocorrendo vaga, ao longo do curso, pode ser concedida matrícula a aluno graduado ou transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de estudos do mesmo curso ou curso afim, respeitada a legislação em vigor e classificação em processo seletivo.

Quando da ocorrência de vagas, pode ser concedida matrícula avulsa, em disciplinas de curso de graduação ou pós-graduação, a alunos não regulares, que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, após processo seletivo prévio, integrando ou não cursos seqüenciais.

A aceitação de transferência *ex officio* independe de vaga e dar-se-á na forma da lei.

A matrícula de graduados ou de transferidos sujeita-se, ainda:

- ao cumprimento dos prazos fixados no calendário acadêmico e em normas específicas emanadas dos órgãos colegiados e
- a requerimento, instruído, no que couber, com a documentação fixada pelo CEPE, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas, com os conceitos ou notas obtidos.

O aluno transferido, assim como o graduado, está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitando os estudos realizados, com aprovação, no curso de origem. O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas, pelas coordenadorias de cursos, observadas as seguintes e demais normas da legislação pertinente:

- nenhuma disciplina, resultante de matéria do currículo do curso, estabelecida pelo órgão competente, pode ser dispensada ou substituída por outra;
- as disciplinas, desdobradas de matérias componentes das diretrizes curriculares, fixadas pelo MEC, em que o aluno houver sido aprovado no curso de origem, são automaticamente reconhecidas, atribuindo-se-lhes as notas e carga horária obtidas no estabelecimento de origem, dispensando-o de qualquer adaptação e da suplementação de carga horária;
- a verificação esgota-se com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas correspondentes a cada matéria;
- disciplina complementar do currículo do curso de origem pode ser aproveitada, em substituição a congênere, da Faculdade, quando não for inferior a carga horária e, a critério da coordenadoria do curso, equivalentes os conteúdos formativos;
- para integralização do curso exige-se carga horária total não inferior à prevista no currículo do curso nesta Faculdade, bem como o cumprimento regular de todas as disciplinas e atividades e
- o cumprimento de carga horária adicional, em termos globais, é exigido para efeito de integralização curricular, em função de carga horária total obrigatória à expedição do diploma.

3.5.4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Regimento da Faculdade Paraíso dispõe o seguinte sobre a avaliação da aprendizagem:

"Art. 48. O aproveitamento escolar é avaliado mediante verificações parciais, durante o período letivo, e eventual exame final, expressando-se, o resultado de cada avaliação, em notas de zero a dez".

Art. 49. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, argüições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, aprovados pela coordenadoria de curso.

Parágrafo único. O professor, a seu critério ou a critério da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelo Conselho de Curso.

Art. 50. A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a freqüência e o aproveitamento.

§ 1º Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de freqüência dos alunos, devendo o Diretor fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

§ 2º É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Art. 51. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau de zero a dez.

§ 1º É atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada pelo calendário escolar.

§ 2º O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento, nas datas fixadas, pode requerer uma prova substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário escolar, cabendo a decisão ao Diretor.

§ 3º Pode ser concedida revisão de nota, por meio de requerimento, dirigido ao Diretor, no prazo de cinco dias úteis, após a divulgação do resultado.

§ 4º O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão.

§ 5º Não aceitando a decisão do professor, o aluno, desde que justifique, pode solicitar ao Diretor que submeta seu pedido de revisão à apreciação de outros professores do mesmo Curso.

§ 6º Se ambos concordarem em alterar a nota, esta decisão é a que prevalece; não havendo unanimidade, prevalece a nota atribuída pelo professor da

disciplina que avaliou a prova, cabendo recurso, em instância final, ao Conselho de Curso.

Art. 52. Atendida, em qualquer caso, a freqüência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado:

I - independente de exame final, quando obtiver nota de aproveitamento não inferior a sete, correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares realizados durante o período letivo; ou

II - mediante exame final, quando tenha obtido nota de aproveitamento inferior a sete e igual ou superior a quatro e obtiver média final não inferior a cinco, correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final.

Parágrafo único. As médias são expressas em números inteiros ou em números inteiros mais sua parte decimal formada por um digito.

Art. 53. É considerado reprovado o aluno que:

I - não obtiver freqüência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina; ou

II - não obtiver, na disciplina, média das verificações parciais igual ou superior a cinco.

Art. 54. O aluno, reprovado por não ter alcançado freqüência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina, no período letivo seguinte.

Art. 55. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

Parágrafo único. O aluno, promovido em regime de dependência, deve matricular-se, obrigatoriamente, no período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de freqüência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 56. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso.

Art. 57. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo CEPE, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes."

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pode, ouvido o Conselho de curso respectivo, estabelecer formas diferenciadas de avaliação, particularmente, para estágio supervisionado, atividades complementares, estudos independentes e trabalhos de conclusão de curso.

3.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES/ESTUDOS INDEPENDENTES

Estas normas disciplinam a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico dos Estudos Independentes ou Atividades Complementares, quando compuserem currículo de curso de graduação, ministrado pela Faculdade Paraíso, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente.

Os Estudos Independentes ou as Atividades Complementares devem criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extracurriculares e de interesse para sua formação pessoal e profissional.

São consideradas atividades que podem integrar os Estudos Independentes:

- iniciação científica, desenvolvida sob supervisão docente e aprovada pelo colegiado do curso;
- atividades de extensão, sob coordenação docente, na forma de cursos ou serviços, aprovadas pelo colegiado de curso;
- monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo do curso;
- estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pela Faculdade, em qualquer das funções da Administração e das habilitações oferecidas;
- eventos científicos ou culturais diversos (seminários, simpósios, congressos, conferências e similares)da área da educação ou área afim;
- disciplinas pertencentes a outros cursos superiores, de graduação ou seqüenciais, da própria Faculdade ou de outras instituições de ensino superior;
- programas de educação corporativa;
- atividades desenvolvidas na Empresa Júnior ou serviços similares, mantidos pela Faculdade, e
- outras que o Conselho de Curso aprovar.

Para o registro acadêmico, o estudante deve apresentar, à Coordenadoria do Curso, documento original ou cópia autenticada, no qual seja discriminado o conteúdo dos estudos, a duração, o período e a organização ou professor responsável, quando o evento for realizado por instituição estranha à Faculdade Paraíso.

À Coordenadoria do Curso compete avaliar os estudos ou atividades realizados pelo aluno, enquadrá-los no quadro que se segue e encaminhar, à Secretaria da Faculdade, os comprovantes necessários ao registro acadêmico.

As atividades que integram os Estudos Independentes devem ser desenvolvidas ao longo do curso, não podendo, todavia, serem realizadas integralmente em um ano ou série semestral.

O presente conjunto de normas só pode ser alterado mediante decisão do colegiado.

Compete ao colegiado do curso dirimir dúvidas referentes à interpretação destas normas, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

O registro acadêmico dos Estudos Independentes é promovido de acordo com o quadro seguinte e procedimentos fixados pela Coordenadoria do Curso, com um total de 160 horas:

QUADRO DE ATIVIDADES QUE INTEGRAM OS ESTUDOS INDEPENDENTES OU

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÁXIMA POR ATIVIDADE
Iniciação científica	40
Extensão	40
Monitoria	40
Estágios extracurriculares	40
Eventos científicos ou culturais diversos da área do curso	40
Disciplinas pertencentes a outros cursos superiores, de graduação ou seqüenciais, da própria faculdade ou de outras instituições de ensino superior	40
Participação em atividades da empresa júnior ou similar	40
Estudo de idioma estrangeiro	40
Cursos de informática	40
Programas de educação corporativa	40
Voluntariado	40

3.7. TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade curricular opcional de cada curso, por decisão de seu Conselho, exceto nos casos em que as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC, determinarem em contrário.

De acordo com as características do curso, o TCC poderá ser uma monografia, um projeto experimental, um relatório, ou outro tipo de apresentação, conforme disciplinado pelo colegiado competente, na forma regimental.

Apresenta-se, em anexo, o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, que disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de projetos de graduação dos cursos da Faculdade, incluindo a escolha do tema e a conseqüente orientação docente.

3.8. DA MONITORIA

O Programa de Monitoria é destinado a propiciar aos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão, assegurando, por sua vez, cooperação didática tanto ao corpo docente, quanto ao discente, nas funções institucionais.

O Trabalho do Monitor:

Os monitores auxiliam o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de pesquisa e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliam, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

A monitoria funciona de acordo com Regulamento próprio, conforme anexo.

3.9. DA PESQUISA E EXTENSÃO

A Faculdade incentiva e apóia a pesquisa, diretamente ou por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos e seminários, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance.

As atividades de extensão são definidas mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação. Essas atividades são coordenadas por um grupo de professores designados pelo Diretor.

3.9.1. OBJETIVOS

- Incentivar e desenvolver projetos científicos criando novos produtos e conhecimentos, envolvendo o corpo discente, o corpo docente e empresas locais,
- aumentar a oferta de cursos de complementação voltados para o corpo discente,
- promover a Faculdade Paraíso como agente de transformação e contribuinte para o desenvolvimento do progresso local.

3.9.2. METAS ESTABELECIDAS NO PDI

- Aumentar a oferta de cursos abertos a comunidade, integrando o corpo discente e o corpo docente na concepção e apresentação dos cursos,
- desenvolver projetos científicos e produtos que contribuam para o desenvolvimento local e pessoal dos agentes envolvidos,
- integrar os corpos docente e discente na criação e implementação de novos projetos.

3.9.3. DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO / NÚCLEO DE PESQUISA

Para fomentar a pesquisa na Faculdade Paraíso foi criado o **Centro de Investigação / Núcleo de Pesquisa**.

O Centro de Investigação/Núcleo de Pesquisa foi criado em conjunto pelo Consórcio Brasileiro de Acreditação - CBA e o Instituto de Pós-Graduação da Faculdade Paraíso – IPGL, que

está estreitamente articulado com a Unidade de Investigação em Economia e Gestão - UIEG, da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT.

O Centro/Núcleo tem a designação de Centro de Investigação/Núcleo de Pesquisa em Qualidade da Gestão, Educação e Saúde – CIQGES.

Missão

O CIQGES tem como missão realizar pesquisas com foco na qualidade dos processos de gestão humana e ambiental; das práticas em saúde e de avaliação e acreditação das unidades prestadoras de cuidados em saúde; das metodologias do processo educativo, incluindo a aquisição e consolidação de competências, os métodos e instrumentos de avaliação e a transferência de conhecimentos.

Objetivos

Fazer avançar o conhecimento sobre qualidade das estruturas, ambientes, processos e práticas das unidades prestadoras de cuidados de saúde, incluindo a sua avaliação e acreditação.

- Desenvolver o conhecimento sobre a qualidade da gestão e dos ambientes humanos, de maneira especal sobre a qualidade de vida no trabalho nos sistemas de prestação de serviços e educacionais.
- Promover o conhecimento científico sobre os processos educativos, tanto na aquisição e desenvolvimento de competências, como na sua aplicação a novos contextos e seus processos de avaliação.
- Atrair e fixar investigadores cujo trabalho apoie os programas educacionais de pós graduação, *lato* e *stricto senso,* promovidos no âmbito do CBA e do IPGL.
- Assegurar um intercâmbio regular com instituições e centros de pesquisa congéneres, promovendo projetos de investigação comuns.
- Difundir os resultados dos estudos, quer através da sua publicação em revistas e livros, quer através de outros meios, como realização de encontros científicos, colóquios, seminários, palestras e ações formativas de vários tipos.
- Para cumprir estes objetivos, serão abertas **três linhas de pesquisa**:
  - **Uma primeira linha** que integrará os projetos focados nos processos de qualidade, avaliação dos riscos em saúde e acreditação de unidades prestadoras de cuidados em saúde.
  - **Uma segunda linha** que incluirá os projetos na área de qualidade da gestão de sistemas humanos, tanto na qualidade dos processos de gestão como das estruturas e ambiente físico e humano.
  - **Uma terceira linha** na área da educação, especialmente, em relação ao desenvolvimento de competências e aplicação do conhecimento a diversos contextos.

Princípios orientadores

1. O CIQGES tem como princípio de base que o conhecimento científico é a raiz de todo o desenvolvimento nas Ciências Sociais e Humanas. Só o estudo científico pode conduzir à eficácia da ação política, empresarial e educacional, e oferece o conhecimento necessário para regular os jogos de interesses e de poder que muitas vezes enviesam as decisões dos líderes.

2. O CIQGES assenta na convicção de que a objetividade do conhecimento científico é sempre intersubjetividade, nomeadamente nas Ciências Sociais: o debate aberto é fomentado a todos os níveis, na certeza de que é a variedade de ideias e opções que assegura a complexidade de pensamento necessária à resolução eficaz dos problemas do nosso tempo.
3. Acredita-se que uma atitude de aprendizagem permanente é a raiz do desenvolvimento de toda a competência sólida em qualquer atividade política, educacional e empresarial. Por isso, as atividades de pesquisa do CIQGES estão intimamente articuladas com os programas educacionais desenvolvidos no IPGL e CBA.
4. O CIQGES defende uma postura ética e a responsabilidade social dos cientistas e das instituições empresariais, educacionais e políticas. Considera a Ética é uma condição *sine qua non* da qualidade de vida e a responsabilidade social uma exigência para todos os líderes institucionais, seja qual for a sua orientação ideológica ou o nível em que se situam na comunidade a que pertencem. Considera, por isso, que eles devem estar claramente vinculados a servir a comunidades que os mantém.

3.9.4. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O programa de iniciação científica é uma atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, orientado por pesquisador qualificado, e que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

O Programa de Iniciação Científica da Faculdade Paraíso consiste num instrumento de financiamento da pesquisa, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

O **Programa de Iniciação Científica – PIC** da Faculdade Paraíso tem como objetivos:

a) iniciar e apoiar o aluno dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
b) desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
c) estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
d) identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica.

O **Programa de Iniciação Científica - PIC** da Faculdade Paraíso possui regulamento próprio, em anexo.

3.9.5. PROGRAMA DE EXTENSÃO

A extensão tem por objetivo geral tornar acessível, à sociedade, o conhecimento de domínio da Instituição de Ensino Superior - IES, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível.

São os seguintes os objetivos específicos da extensão acadêmica da Faculdade Paraíso:

- Otimizar as relações de intercâmbio entre a IES e a sociedade, quanto aos objetivos institucionais;
- Aumentar a probabilidade de que as pessoas e as instituições utilizem, da melhor maneira possível, o conhecimento existente na realização de suas atividades;
- Produzir conhecimento sobre os processos de apropriação e utilização do conhecimento existente por parte das pessoas e das instituições;
- Avaliar as contribuições da IES para o desenvolvimento da sociedade; e,
- Facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade social.

As atividades de extensão devem ser realizadas com o envolvimento de alunos regulares dos cursos seqüenciais, de graduação e de pós-graduação, sob a supervisão docente, como executores-colaboradores nessas atividades.

4. PROJETO DO CURSO DE LOGÍSTICA

4.1. MISSÃO

Ser um centro de formação de profissionais éticos, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos em Logística, capazes de planejar/criar, organizar e gerenciar sistemas logísticos, de qualquer porte, em condições de atuarem num cenário de constantes mutações contribuindo para maximizar o retorno do sistema seja o retorno financeiro ou social.

4.2. OBJETIVO

O curso de Tecnólogo em Logística da Faculdade Paraíso - FAP tem por objetivo formar profissionais com conhecimentos de sistemas logísticos, de qualquer porte, com conhecimento dos principais avanços da tecnologia, atuando com ética e visão humanística.

O curso pretende formar profissionais com uma sólida base de conhecimentos de modelos matemáticos e capazes de adequar-se às necessidades e aos requisitos do moderno ambiente das organizações contemporâneas.

O curso tem por objetivo, ainda:

- contribuir para o aprimoramento da formação do profissional, como cidadão e profissional, para que colabore na elevação das condições de vida em sociedade e com condições de trabalhar em ambiente de equipe,
- integrar o processo de avaliação institucional, incentivando e apoiando ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, e
- subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e o redirecionamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem.

4.3. PERFIL DO EGRESSO

O curso de logística, por intermédio das disciplinas e atividades do currículo, oferecerá ao estudante condições de estudar processos de transformação, avaliar objetivos da empresa, traçar estratégias para que os objetivos sejam atingidos, avaliar resultados obtidos e desenvolver programas que corrijam as distorções verificadas.

Com isso, o profissional de Logística, além de atender às necessidades das grandes e médias corporações, terá também como opção de carreira, as micro e pequenas empresas, tanto como consultor ou gerente, uma vez que atividades logísticas podem ser realizadas por terceiros.

O egresso deve estar habilitado a comprometer-se com valores compartilhados, agindo com altos índices de colaboração, trabalhando na mesma sintonia, com grande criatividade e uso da intuição, em busca da excelência e com metas bem definidas, em permanente situação de desafio.

Deve, ainda, operar com elevada consciência de autodisciplina e de auto-desenvolvimento, com flexibilidade, informalidade e comunicação intensa.

O egresso deve, ainda, ter a capacidade de lidar e interagir com os múltiplos desafios que a globalização econômica tem apresentado.

O curso de Tecnólogo em Logística da Faculdade Paraíso pretende desenvolver o seguinte perfil profissional, em todas as suas habilitações:

- internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- competência técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional;
- competência para empreender, analisando criticamente as organizações e antecipando e promovendo suas transformações;
- competência para atuar em equipes interdisciplinares;
- competência para compreender a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

Para tanto, pretende desenvolver as seguintes habilidades:

- comunicação interpessoal, expressão correta nos documentos técnicos específicos e interpretação da realidade das organizações;
- utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos;
- interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- compreender o todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como de suas relações com o ambiente externo;
- lidar com modelos de gestão inovadores;
- resolver problemas e desafios organizacionais com flexibilidade e adaptabilidade;
- ordenar atividades e programas, identificar e dimensionar riscos para tomada de decisões;
- selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender interesses interpessoais e institucionais;
- selecionar procedimentos que privilegiem formas de atuação em prol de objetivos comuns.

4.4. CONCEPÇÃO

A descentralização das atividades produtivas, criando unidades de negócios de menor porte, assim como o crescimento do setor de serviços tem sido um dos movimentos mais marcantes observados nas empresas nos últimos anos. As antigas definições do setor não são mais viáveis nos tempos atuais. Se consideramos que a produção de qualquer bem depende de um *back office* - uma retaguarda, no qual uma matéria prima é processada - e de um *front office* - linha de frente, que faz a

interface com o cliente - o que vamos constatar é que, atualmente, todas as empresas, com o intuito de gerar novos negócios, devem atuar no setor de serviços .

O que diferencia uma de outra é a intensidade; algumas são mais intensivas na área da produção, outras na de serviços. As estatísticas disponíveis mostram um crescimento da oferta de empregos e empreendimentos pequenos. O aumento da demanda por profissionais capazes de gerir unidades autônomas, deve-se tanto aos processos de informatização, robotização, *downsizing* e terceirização implementados pelas grandes empresas, quanto ao crescimento do setor terciário e quaternário – composto, em sua grande maioria, por pequenas empresas comerciais e de serviços.

Há uma clara tendência de deslocamento da economia de massa para os serviços, num claro processo de customização. Nos Estados Unidos, por exemplo, se alguém pretende lançar um grupo de música, não é mais necessário correr atrás de gravadoras, mas sim inserir seu clipe no “my space” e “you tube”, criar uma comunidade, fazer alguns shows e se você tiver qualidade, será chamado pelas gravadoras. Este raciocínio vale para qualquer empreendimento, devido às facilidades de acesso à banda larga e exportação. O setor industrial e a agricultura dependem cada vez mais de controladores de processos, restando ao profissional de administração a tarefa de organizar e coordenar a customização dos diversos serviços necessários ao dia a dia do ser humano.

O deslocamento do produto a ser produzido e entregue sofreu uma mudança na mesma proporção. Estoques tendem a diminuir, aumentando o custo do transporte e dando uma nova dinâmica à cadeia de suprimentos, que deve ter alta confiabilidade e um baixo custo em relação à concorrência.

Se as empresas - ainda que sejam predominantemente do setor industrial ou de *commodities* - querem sair da guerra de preços, precisam concentrar esforços na área de serviços. Exemplos disso são muitas empresas concentradas na área produtiva - como as montadoras de automóveis - fazem grandes investimentos em serviços - treinando os funcionários das concessionárias, por exemplo - para poder diferenciar-se.

Todos os países vêm seguindo o exemplo americano e vêm tendo um aumento substancial do setor de serviços em suas parcelas do PIB. Há diferenças substanciais entre o trabalho na manufatura e nos serviços. Enquanto a manufatura caracteriza-se pela transformação de uma matéria prima, e é tangível (envolvendo gestão de estoques, controle de qualidade e padronização), os serviços identificam-se pelo desempenho. Estes são intangíveis e envolve gestão da capacidade, qualidade do desempenho (chamado de "o momento da verdade") e variedade de exigências (customização). Na manufatura, praticamente não há participação do cliente, e nos serviços, ele é fundamental. É por isso que gerar negócios na área de serviços é de difícil mensuração.

Alguns especialistas afirmam que, muito em breve, esta tendência de negócios será responsável por mais de 75% dos empregos formais. A logística está presente tanto nos tangíveis como nos serviços. Esforços humanos e financeiros em melhorias nos serviços logísticos prestados podem ser sentidos por grande parte da população, que desfruta de uma variedade de produtos e serviços não disponíveis há décadas atrás.

O currículo e o conteúdo programático do curso de Logística estão voltados para a formação de profissionais em condições de atuar nesse cenário, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional e para o desenvolvimento sócio econômico regional e do País.

Uma base matemática e estatística garantirá ao egresso conhecimentos sobre gerenciamento de redes logísticas e possibilidades de diminuição de esforços e custos para que o nível de atendimento ao cliente permaneça em patamares favoráveis à organização.

Para isso, a distribuição e a estocagem deverão ser estudadas para que a organização opere sempre com custos de produção mínimos possíveis e, desta maneira, possa enfrentar concorrência de organizações cada vez mais distantes, pois a logística “integra” nações e as fazem concorrentes.

4.5. Mercado de Trabalho e Áreas de Atuação

A Logística vem passando por mudanças significativas. O resgate do curso por meio de modelos matemáticos aplicados transformou por completo as atividades do profissional em logística, tornando sua atuação muito além do roteiro de caminhões de entrega ou de lotes de produção. A transformação do mundo em uma aldeia global e a tecnologia digital está facilitando todas as transações internacionais, e hoje, do interior antes isolado do Brasil é possível se exportar para os tigres asiáticos. Desta forma, as inúmeras oportunidades do mercado brasileiro com vistas à sua integração a outros mercados no contexto internacional pressupõem, naturalmente, o aumento de operações logísticas em todos os países, tornando preços de produtos mundiais e, muitas vezes, sem distinção para o comprador, o que torna de vital importância uma estrutura logística forte para assegurar força na competição.

4.6. Conteúdos Curriculares

O Planejamento Curricular idealizado para o curso de Tecnólogo em Logística, aqui proposto, é resultante da sinalização do mercado para o tipo de profissional que está sendo requerido pelas organizações empresariais e as características especiais do profissional que se pretende formar, voltado para a área de gerenciamento das cadeias de suprimentos.

O currículo está estruturado em cinco semestres letivos. Os dois primeiros são voltados para o ciclo básico de conhecimentos que todo profissional de logística deve possuir. Os três últimos semestres são aplicados e cada uma das disciplinas busca apresentar problemas e soluções cotidianos para o profissional de logística.

4.6.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A matriz do curso de Tecnólogo em Logística abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas semestralmente em uma seriação considerada adequada para o encadeamento lógico de conteúdos e atividades. Eis o currículo atual do curso, pelo regime seriado semestral:

1º Semestre	**CHS**	**CHT**
Informática	4	80
Expressão Oral e Escrita	4	80
Introdução à Logística	4	80
Gestão Administrativa	4	80
Matemática Aplicada I	4	80
Sub-Total	**20**	**400**
2º Semestre	**CHS**	**CHT**
Recursos Humanos	4	80
Fundamentos de Marketing	4	80
Matemática Aplicada II	4	80
Contabilidade Empresarial	4	80
Probabilidade e Estatística I	4	80
Sub-Total	**20**	**400**
3º Semestre	**CHS**	**CHT**
Gestão da Produção	4	80
Probabilidade e Estatística II	4	80
Qualidade de Processos	4	80
Noções Gerais de Direito	4	80
Economia Empresarial	4	80
Sub-Total	**20**	**400**
4º Semestre	**CHS**	**CHT**
Pesquisa Operacional	4	80
Planejamento e Controle da Produção	4	80
Gestão de Transporte e Distribuição	4	80
Comércio Internacional	4	80
Gestão de Estoques e Armazenagem	4	80
Sub-Total	**20**	**400**

5º Semestre	CHS	CHT
Análise de Investimentos e Riscos	4	80
Tecnologia da Informação em Logística	4	80
Estratégia Empresarial	4	80
Modelagem e Simulação	4	80
Projeto de Sistemas Logísticos	4	80
Sub-Total	**20**	**400**
TOTAL GERAL DO CURSO		**2.000**

Para todos os cursos de Bacharelado e Tecnólogo da Faculdade Paraíso há o oferecimento da disciplina de LIBRAS como optativa, enquanto que para os cursos de Licenciatura esta disciplina é obrigatória. Ela é oferecida semestralmente aos alunos de acordo com Edital próprio.

4.6.1.1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR

Como fruto de inúmeras discussões entre a Coordenação do Curso e seu NDE e seu corpo docente, estando em fase final para envio das aprovações necessárias, apresenta-se a seguinte proposta de alteração curricular:

MÓDULO 1	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTOS DE GESTÃO	Informática	40
	Expressão Oral e Escrita	40
	Economia	40
	Noções de Direito	40
	Introdução à Logística	80
	Introdução à Administração	80
	Matemática Aplicada	80
	TOTAL	**400**
CERTIFICAÇÃO: AGENTE DE APOIO À GESTÃO		
MÓDULO 2	**DISCIPLINAS**	**CARGA HORARIA**
GESTÃO DA CADEIA DE SUPERIMENTOS	Gestão de Pessoas	80
	Gestão de Compras	40
	Comércio Internacional	40
	Probabilidade e Estatística	80
	Gestão de Estoque e Armazenagem	80
	Introdução à Cadeia de Suprimentos	80
	TOTAL	**400**
CERTIFICAÇÃO: AGENTE DE LOGÍSTICA		
MÓDULO 3	**DISCIPLINAS**	**CARGA HORARIA**
FERRAMENTAS DA PRODUÇÃO	Estratégia Empresarial	80
	Administração da Produção	80
	Gestão da Qualidade	80
	Gestão de Projetos	80
	Fundamentos de Marketing	40
	Legislação Aplicada à Logística	40
	TOTAL	**400**
CERTIFICAÇÃO: ASSISTENTE DE LOGISTICA E PRODUÇÃO		
MÓDULO 4	**DISCIPLINAS**	**CARGA HORARIA**
GESTÃO DE TRANSPORTE E DISTRIBUÇÃO	Gestão de Transporte e Distribuição	80
	Sistemas de Informação e Decisão em Logística	80
	Logística de Cidades	40
	Gerenciamento e Controle de Frotas	40
	Planejamento e Controle da Produção	80
	Finanças em Logística	40
	Projetos Logísticos I	40
	TOTAL	**400**
CERTIFICAÇÃO: ANALISTA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE		

MÓDULO 5	DISCIPLINAS	CARGA HORARIA
ESTRATÉGIAS EM LOGÍSTICA	Logística Reversa e Ambiental	80
	Pesquisa Operacional	80
	Custos Logísticos	40
	Tópicos Especiais em Logística	80
	Modelagem e Simulação Logística	80
	Projetos Logísticos II	40
	TOTAL	**400**
CERTIFICAÇÃO: ANALISTA DE ESTRATÉGIA EM LOGÍSTICA		
	TOTAL GERAL	**2000**
CERTIFICAÇÃO: TECNÓLOGO EM LOGÍSTICA		

Em anexo, apresenta-se o ementário e a bibliografia do curso, tanto da matriz atual, quanto a sua atualização.

4.6.2. COERÊNCIA DA MATRIZ CURRICULAR COM OS OBJETIVOS DO CURSO

O currículo do curso de Logística está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da Faculdade Paraíso com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades sócio-econômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional.

4.6.3. INTER-RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM A MATRIZ CURRICULAR

A interdisciplinaridade é mais marcante em algumas disciplinas e menos em outras. No 1º semestre do curso a relação interdisciplinar, é muito tênue, dado o caráter específico de cada uma das disciplinas. Com o evoluir do curso, a inter-relação vai acontecendo com mais intensidade, procurando evitar as repetividades de temas.

De modo geral, a inter-relação, se preocupa com a hierarquização das disciplinas com base no critério da construção gradativa do conhecimento. Assim, as disciplinas que necessitam de conhecimentos prévios para o seu pleno aproveitamento foram precedidas das disciplinas que oferecem aos alunos os conhecimentos de caráter básico e indispensável.

Esforços sempre estarão sendo feitos no sentido de que a interdisciplinariedade e a trilogia: ensino, pesquisa e extensão constituam presença no quotidiano do estudante desde o início do curso.

4.6.4. DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

O currículo do Curso de Logística possui uma carga horária total de 2000 horas, organizada em múltiplos de 80 e 40, desenvolvido em sistema seriado semestral, durante 20 semanas/semestre, em cinco semestres.

Nos primeiro, segundo, terceiro semestres, há disciplinas de conhecimentos básicos indispensáveis ao entendimento das disciplinas seguintes. A sua implantação será gradual, de forma a facilitar os ajustamentos caso forem necessários.

4.6.5. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

A elaboração dos programas do currículo do Curso de Tecnólogo em Logística foi feita com base nas ementas do projeto pedagógico do curso, de modo que os conteúdos programáticos das disciplinas abrangerão completamente os temas constantes nas suas respectivas ementas.

Quanto à atualização das ementas e programas das disciplinas, a Coordenadoria do Curso, a cada semestre, recebe propostas dos professores solicitando alteração de ementas e programas, justificando-as. Para aprovação das propostas, leva-se em consideração a sua fundamentação e a sua adequação às diretrizes constantes do projeto pedagógico do curso.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas serão renovadas durante o processo semestral de atualização das ementas e programas, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

4.6.6. EMENTA E BIBLIOGRAFIA

A seguir, a relação de disciplinas do curso, com as respectivas ementas e bibliografias do projeto atual, anterior à sua atualização:

EXPRESSAO ORAL E ESCRITA 80 horas 1º Semestre

Ementa:
Técnicas de Produção de textos Técnicos e Comerciais; Técnicas de Elaboração de Relatórios; Apresentação em Público e Condução de Palestras.

Bibliografia Básica:
FERREIRA, R. M. Correspondência Comercial e Oficial com técnicas de redação RJ. Saraiva. 1996.
MEDEIROS, J.B. Correspondência: Técnicas de Comunicação criativa. SP. Atlas. 1997.
POLITO, R. Como falar corretamente e sem inibições. RJ Saraiva. 2001.

GESTAO ADMINISTRATIVA 80 horas 1º Semestre

Ementa:
A ciência Administrativa; Origem, objeto e evolução histórica; Funções administrativas; Escolas administrativas; O papel do Administrador nas organizações; O Administrador do futuro; Ciclo de vida das empresas. O planejamento estratégico e a gestão estratégica da empresa. As principais tecnologias aplicáveis à Gestão dos Negócios da Empresa.

Bibliografia Básica:
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. São Paulo. MC Graw. Hill. 2004.
KWASNICKA, E.L. Introdução a Administração. SP. Atlas. 1995.
DRUCKER P. F. Inovação e Espírito Empreendedor. SP. Pioneira. 1994.

Bibliografia Complementar:
MONTENEGRO, Eraldo de Freitas. BARROS, Jorge Pedro Dalledomi de. Gestão Estratégica: a arte de vencer desafios. SP. Makro. 1998.

INFORMÁTICA 80 horas 1º Semestre

Ementa:
O computador; sua organização; Noções de processamento de dados. Sistemas Operacionais. Introdução aos aplicativos básicos. Acesso e uso da Internet.

Bibliografia Básica:
SANTOS, A. Informática na empresa. SP. Atlas. 2003.
NASCIMENTO, A. J. e Heller, J. L. Introdução à informática. SP. McGraw-Hill . 1996.

MATEMÁTICA APLICADA I 80 horas 1º Semestre

Ementa:
Adquirir conhecimentos necessários a respeito de solução de modelos matemáticos e teoria das matrizes.Adquirir e desenvolver conhecimentos de cálculo diferencial, aplicando-os em vários tipos de funções matemáticas.

Bibliografia Básica:
BOLDRINI, COSTA, RIBEIRO et al. Álgebra Linear. Rio de Janeiro: Harper & Row, 1980.
LEITHOLD, Louis. Cálculo com geometria analítica. 3.ed. SP: HARBRA, 1994.
MEDEIROS SILVA, Matemática Básica para Cursos Superioes, Atlas, 2002.

INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA 80 horas 1º Semestre

Ementa:
Conceitos de administração de material. Funções e objetivos da administração de materiais. Normalização: classificação e especificação de materiais. Gestão de estoques, indicadores de gestão. Administração patrimonial: funções e objetivos, atividades voltadas a materiais permanentes, móveis, máquinas e equipamentos. Estrutura da administração de materiais e patrimonial; modelos e condicionantes ambientais. Armazenagem: recepção, estocagem, expedição; logística. A organização e o pessoal de compras.

Bibliografia Básica:
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1999
BALLOU, R. H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição. São Paulo: Atlas, 1993.
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4.ed.São Paulo: Atlas 1993.

Bibliografia Complementar:
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CONTABILIDADE EMPRESARIAL 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Histórico e fundamentos básicos da contabilidade. Finalidade das informações contábeis. Índices contábeis. Importância da informação contábil para o processo decisório da empresa. Interpretação de relatórios contábeis. Custos e Formação de preços.

Bibliografia Básica:
MARTINS, E. Contabilidade Introdutória. SP. Atlas. 1988.
MARION, J.C. Contabilidade Empresarial. SP. Atlas. 1998
RIBEIRO, O.M. Contabilidade Geral Fácil. SP. Saraiva. 2002.

Bibliografia Complementar:
IUDÍCIBUS, S. Contabilidade Gerencial. SP. Atlas. 1998.

FUNDAMENTOS DE MARKETING 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Evolução, fases e mudanças do marketing; Conceitos básicos de Marketing; Análise dos Mercados consumidores e organizacionais; Segmentação de Mercado; "Mix" de Marketing; Ciclo de vida do produto;

Bibliografia Básica:
AMBRÓSIO, VICENTE. Plano de Marketing passo a passo. Rio de Janeiro: Reichmann&Affonso Editores, 1999.
KOTLER, PHILIP. Administração de Marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo: Prentice Hall, 2001.
SILVA, Elton Haddad, TENCA, Evandro Cesar, FERNANDES, Sandra. Planejamento estratégico. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia Complementar:
CHURCHILL JR, GILBERT A. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2003.

MATEMÁTICA APLICADA II 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Derivadas. Integração. Técnicas de Integração.

Bibliografia Básica:
BOLDRINI, COSTA, RIBEIRO et al. Álgebra Linear. Rio de Janeiro: Harper & Row, 1980.
LEITHOLD, Louis. Cálculo com geometria analítica. 3.ed. SP: HARBRA, 1994.
MEDEIROS SILVA, Matemática Básica para Cursos Superioes, Atlas, 2002.

PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA I 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Teoria da Probabilidade; Matemática da Probabilidade; Variáveis Aleatórias; Distribuição de Probabilidades Discretas; Distribuições Contínuas de Probabilidade.

Bibliografia Básica:
OLIVEIRA, FRANCISCO E.M. Estatística e Probabilidade, Atlas, 1999.
MORETTIN, LUIZ GONZAGA, Estatística Básica Vol. 1 Probabilidade, Makron Books.
SPIEGEL, J. Schiller e SRINIVASAN, R. Alu. Teoria e Problemas de probabilidade e estatística. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar:
SILVA, Ermes Medeiros. et. al. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RECURSOS HUMANOS 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Objetivos, estratégias e características básicas da Gestão de Pessoas. Origens da Gestão de Pessoas. Subsistemas de Gestão de Pessoas e suas funções. O gestor de pessoas como fator de integração empresa-indivíduo. O capital intelectual e sua importância na gestão estratégica da empresa.

Bibliografia Básica:
VERGARA, S. Gestão de Pessoas. SP. Atlas. 2005.
CHIAVENATO, I. Recursos Humanos na Empresa. SP. Atlas. 2005.
MOTTA, P. R. Gestão Contemporânea. RJ. Record. 2004.

Bibliografia Complementar:
GIL, A C. Administração de Recursos Humanos. SP. Atlas. 1994.
BERGAMINI, C.W. Motivação nas Organizações. SP. Atlas. 1997.

ECONOMIA EMPRESARIAL 80 horas 3º Semestre

Ementa:
A ciência econômica. Introdução ao problema econômico. A Base Econômica. A influência da teoria do consumidor nas empresas. Conceitos de elasticidade, oferta e demanda. Fundamentos da teoria e da política macroeconômica nas empresas. Inflação e desemprego. Como a economia pode melhorar o processo de gestão dos negócios da empresa.

Bibliografia Básica:
ROSSETTI, J. P. Introdução a Economia. SP. Atlas. 2003.
WELSCH, G. A . Orçamento Empresarial. SP. Atlas. 1992.
GITMAN, L. J. Princípios da Administração Financeira. RGS. Bookman. 2002.

Bibliografia Complementar:
SINGER, P. Aprender Economia. SP. Brasiliense. 1986.

GESTAO DA PRODUÇAO 80 horas 3º Semestre

Ementa:
Funções da administração de produção. Conceitos e estrutura da administração de produção. Sistemas de produção. Planejamento e controle a produção. Técnicas modernas de administração de produção. Balanceamento da produção. Qualidade e produtividade. Gerência de Projetos.

Bibliografia Básica:

CORREA, Henrique Luiz & CORREA, Carlos Alberto. Administração da Produção e Operações.São Paulo: Atlas, 2004
GAITHER, Norman & FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
SLACK, Nigel & STUART Chambers & Johnston Robert. Administração da Produção. São Paulo:Atlas, 2002

Bibliografia Complementar:

PALADINI, E. P. Controle de Qualidade: uma abordagem abrangente. São Paulo: Atlas, 1996
STEVENSON, William J. Administração das Operações de Produção. Rio de Janeiro: LTC, 2002

NOÇOES GERAIS DE DIREITO 80 horas 3º Semestre

Ementa:

Conceitos básicos; Direito público e privado, leis e normas jurídicas, fato e ato jurídico. Direito Constitucional. Direito Civil. Direito Comercial. Direito Tributário. Direito Penal. Direito do Consumidor. Direito Administrativo. Direito processual. Novas tendências do Direito Civil e Comercial frente ao Contexto Brasileiro e Internacional.

Bibliografia Básica:

BRANCATO, R.T. Instituições de Direito Público e Privado. SP. Saraiva. 2006.
PINHO, Ruy Rebello. NASCIMENTO, Amauri M. Instituições de Direito Público. SP: ATlas. 1999.
FERRAZ, Junior. Introdução ao estudo do Direito. SP. Atlas. 2003.

PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA II 80 horas 3º Semestre

Ementa:

Noções gerais de Estatística Descritiva; Séries, Gráficos e Medidas Estatísticas mais utilizadas na gestão dos negócios empresariais. As aplicações de Informática na Estatística. Inferência Estatística

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, FRANCISCO E.M. Estatística e Probabilidade, Atlas, 1999.
MORETTIN, LUIZ GONZAGA, Estatística Básica Vol. 1 Probabilidade, Makron Books.
SPIEGEL, J. Schiller e SRINIVASAN, R. Alu. Teoria e Problemas de probabilidade e estatística. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Ermes Medeiros. et. al. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

QUALIDADE DE PROCESSOS 80 horas 3º Semestre

Ementa:

Conceitos básicos. A Evolução da Qualidade. Qualidade de Produto. Qualidade de Serviço. Os 14 Pontos do Dr. Deming. A Gestão da Qualidade Total (TQM). A Reengenharia. A importância da Criatividade. Competitividade – A era da informação. Definição da Qualidade. A natureza humana da Qualidade. Estratégias para a Qualidade Total: orientada para o cliente; contínua; participativa. Os conceitos de cliente interno e externo. A vantagem competitiva. Estratégias de aprimoramento contínuo. O cenário nacional da qualidade.

Bibliografia Básica:

CORREA, Henrique & CORRÊA Carlos A. Administração de Produção e Operações. SP. Atlas. 2004.
SLACK, Nigel. et al. Administração da Produção. SP. Atlas. 1996.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em Serviços. SP. Atlas. 1999

Bibliografia Complementar:

JURAN, Joseph - A qualidade desde o projeto Editora Pioneira, São Paulo-SP
MARIA ESMERALDA BALLESTERO-ALVAREZ,Administração da Qualidade e da Produtividade: Abordagens do Processo Administrativo, Atlas, 2001
PANDE, Peter S. ET Al. Estratégia Seis Sigma. Qualitymark. Rio de Janeiro – 2007.

COMÉRCIO INTERNACIONAL 80 horas 4º Semestre

Ementa:

Introdução ao Comércio Exterior Brasileiro; Fase Administrativa; Fase Cambial; Fase Aduaneira; Transportes no Comércio Exterior; Aspectos legais do comércio exterior. Blocos Econômicos. CCE, NAFTA, MERCOSUL, BLOCOS ASIÁTICOS. Globalização e seus efeitos no COMÉRCIO Exterior Brasileiro.

Bibliografia Básica:

FREDERICO, L. Behrendees. Comércio Exterior. SP: Thomson. 2006.
VASQUEZ, J. L. Comércio Exterior Brasileiro - Siscomex. SP. Atlas. 2004.

PESQUISA OPERACIONAL 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Introdução à Pesquisa Operacional. Programação Linear. Programação Inteira Aplicações e Softwares.

Bibliografia Básica:
ARENALE, Marcos. ARMENTANO, Vinicius. MORABITO, Reinaldo. YANASSE, Horacio Hideki. Pesquisa Operacional. RJ: Campus, 2006.
SHIMIZO, Tamio. Decisão nas Organizações. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MOORE & WEATHERFORD. Tomada de Decisão em Administração com Planilhas Eletrônicas. São Paulo: Bookman, 2003.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇAO 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Métodos de Previsão de Demanda. Técnicas de Planejamento e Controle da Produção

Bibliografia Básica:
CORREA, Henrique Luiz & CORREA, Carlos Alberto. Administração da Produção e Operações.São Paulo: Atlas, 2004
GAITHER, Norman & FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
STEVENSON, William J. Administração das Operações de Produção. Rio de Janeiro: LTC, 2002

Bibliografia Complementar:
PALADINI, E. P. Controle de Qualidade: uma abordagem abrangente. São Paulo: Atlas, 1996
SLACK, Nigel & STUART Chambers & Johnston Robert. Administração da Produção. São Paulo:Atlas, 2002

GESTÃO DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Fundamentos de Transporte. Modais de Transporte. Classes de transportes. Contexto da matriz brasileira de transportes. Modelos de Otimização de redes. Problema da árvore geradora mínima. Problema do caminho mais curto. Problema de Transporte (redes).

Bibliografia:
CAIXETA-FILHO, José Vicente. MARTINS, Ricardo Silveira (org.). Gestão Logística do Transporte de Cargas. São Paulo: Atlas, 2009.
BARAT, José (org.). Logística e transporte no processo de globalização. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
CHOPRA, Sunil. MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

Bibliografia Complementar:
BOWERSOX, Donald J. CLOSS, David J. Logística Empresarial. O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO DE ESTOQUES E ARMAZENGEM 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Conceitos básicos de Estoques em Cadeia de Suprimentos. Características e tipos de estoques. Definições e termos freqüentemente relacionados a estoques. Planejamento de estoques. Incertezas. Políticas de gerenciamento de estoques. Processos de Gerenciamento.

Bibliografia Básica:
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1999
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4.ed.São Paulo: Atlas 1993.

Bibliografia Complementar:
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS E RISCOS 80 horas 5º Semestre

Ementa:

Retornos de investimentos. Criação de cenários. Juros simples e compostos. Período de Retorno. Fluxo de Caixa. Comparação de juros com outros países. Custo Brasil e seus impactos nas redes logísticas.

Bibliografia Básica:

BRIGHAM, Eugene F. HOUSTON, Joel F. Fundamentos da Moderna administração financeira. Rio de Janeira: Elsevier, 1999.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ABREU FILHO, José Carlos Franco de (org.). Finanças Corporativas. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM LOGÍSTICA 80 horas 5º Semestre

Ementa:

Fundamentos organizacionais e técnicas dos sistemas de informação. Tipos e usos de informação. Tratamento das informações versus atividades fins. SIG. Sistemas especialistas. Sistemas de apoio à decisão. Sistemas executivos. Tópicos em gerenciamento dos sistemas: integração, segurança, controle. Uso estratégico da tecnologia da informação. Administração estratégica da informação. Desenvolvimento de ambientes eficientes/eficazes da tecnologia da informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas da empresa para obtenção de vantagens competitivas. Globalização e estratégias competitivas. Internet, web, e-business, intranet.

Bibliografia Básica:

GOMES, Carlos Francisco Simões. RIBEIRO, Priscilla C. Cabral. Gestão da Cadeia de Suprimentos integrada à informática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL 80 horas 5º Semestre

EMENTA:

Etapas do planejamento estratégico. Conceitos de planejamento e de sistema. Visão, missão, estratégias, objetivos, metas e ações. Elaboração de plano estratégico; cronograma; estratégias de competição; avaliação do ambiente; perfil estratégico; quantificação dos objetivos; finalização e divulgação. Gestão estratégica; implementação, acompanhamento e avaliação do plano estratégico. Reavaliação estratégica de metas e ações.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: um conceito, metodologia e práticas. 13.ed.São Paulo: Atlas, 1999.

PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva. 2.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

MOTTA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. SAPIRO, Arão.Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CORRÊA, Henrique Luiz. GIANESI, Irineu G. N. Administração Estratégica de serviços. São Paulo: Atlas, 1996.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO 80 horas 5º Semestre

Ementa:

Uso de softwares para estudar processos logísticos. Simulação de diferentes cenários e auxílio na decisão.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
FLEURY, Afonso. FLEURY, Maria Tereza Leme. Aprendizagem e Inovação Organizacional. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
VAITSMAN, Hélio Santiago, Inteligência empresarial. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Jorge Pedro D. de. Visão estratégica. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2003.

PROJETO DE SISTEMAS LOGÍSTICOS 80 horas 5º Semestre

Ementa:

Essa disciplina consiste na defesa e desenvolvimento de projetos de sistemas logísticos envolvendo, entre outros, temas como dimensionamento de estoque; distribuição de mercadorias; otimização de fluxos; produção; problemas de sequenciamento; otimização de redes e modais de transportes; simulação de sistemas logísticos.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4.ed.São Paulo: Atlas 1993.
BOWERSOX, Donald J. CLOSS, David J. Logística Empresarial. O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

DISCIPLINA OPTATIVA – LIBRAS 80 horas

Ementa:

A disciplina busca refletir os elementos constitutivos da teoria e da prática pedagógica na educação de surdos. Propõe discutir a educação de surdos como um processo histórico em construção, percebendo suas diferentes representações.

Bibliografia Básica:

MOURA, Maria Cecília de. O Surdo. Caminhos para uma nova identidade: Rio de Janeiro. Revinter, 2000.
MANACORDA, Mario A. A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1999.
SKLIAR. Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.
SÁ, N.R, L. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Deficiência auditiva. Brasília: SEESP, 1997. V 1.
SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de lingual portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.
LULKIN, S.A. O discurso moderno na educação dos surdos: prática de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2001.

4.6.7. EMENTA E BIBLIOGRAFIA

A seguir, a relação de disciplinas do curso, com as respectivas ementas e bibliografias do projeto proposto, a partir de sua atualização:

EXPRESSAO ORAL E ESCRITA 40 horas 1º Semestre

Ementa:

Técnicas de Produção de textos Técnicos e Comerciais; Técnicas de Elaboração de Relatórios; Apresentação em Público e Condução de Palestras.

Bibliografia Básica:
FERREIRA, R. M. Correspondência Comercial e Oficial com técnicas de redação RJ. Saraiva. 1996.
MEDEIROS, J.B. Correspondência: Técnicas de Comunicação criativa. SP. Atlas. 1997.
POLITO, R. Como falar corretamente e sem inibições. RJ Saraiva. 2001.

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO 80 horas 1º Semestre

Ementa:
A ciência Administrativa; Origem, objeto e evolução histórica; Funções administrativas; Escolas administrativas; O papel do Administrador nas organizações; O Administrador do futuro; Ciclo de vida das empresas. O planejamento estratégico e a gestão estratégica da empresa. As principais tecnologias aplicáveis à Gestão dos Negócios da Empresa.

Bibliografia Básica:
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. São Paulo. MC Graw. Hill. 2004.
KWASNICKA, E.L. Introdução a Administração. SP. Atlas. 1995.
DRUCKER P. F. Inovação e Espírito Empreendedor. SP. Pioneira. 1994.

Bibliografia Complementar:
MONTENEGRO, Eraldo de Freitas. BARROS, Jorge Pedro Dalledomi de. Gestão Estratégica: a arte de vencer desafios. SP. Makro. 1998.

INFORMÁTICA 40 horas 1º Semestre

Ementa:
O computador; sua organização; Noções de processamento de dados. Sistemas Operacionais. Introdução aos aplicativos básicos. Acesso e uso da Internet.

Bibliografia Básica:
SANTOS, A. Informática na empresa. SP. Atlas. 2003.
NASCIMENTO, A. J. e Heller, J. L. Introdução à informática. SP. McGraw-Hill . 1996.

MATEMÁTICA APLICADA 80 horas 1º Semestre

Ementa:
Adquirir conhecimentos necessários a respeito de solução de modelos matemáticos e teoria das matrizes.Adquirir e desenvolver conhecimentos de cálculo diferencial, aplicando-os em vários tipos de funções matemáticas.

Bibliografia Básica:
BOLDRINI, COSTA, RIBEIRO et al. Álgebra Linear. Rio de Janeiro: Harper & Row, 1980.
LEITHOLD, Louis. Cálculo com geometria analítica. 3.ed. SP: HARBRA, 1994.
MEDEIROS SILVA, Matemática Básica para Cursos Superioes, Atlas, 2002.

ECONOMIA EMPRESARIAL 40 horas 1º Semestre

Ementa:
A ciência econômica. Introdução ao problema econômico. A Base Econômica. A influência da teoria do consumidor nas empresas. Conceitos de elasticidade, oferta e demanda. Fundamentos da teoria e da política macroeconômica nas empresas. Inflação e desemprego. Como a economia pode melhorar o processo de gestão dos negócios da empresa.

Bibliografia Básica:
ROSSETTI, J. P. Introdução a Economia. SP. Atlas. 2003.
WELSCH, G. A . Orçamento Empresarial. SP. Atlas. 1992.
GITMAN, L. J. Princípios da Administração Financeira. RGS. Bookman. 2002.

Bibliografia Complementar:
SINGER, P. Aprender Economia. SP. Brasiliense. 1986.

NOÇOES GERAIS DE DIREITO 40 horas 1º Semestre

Ementa:
Conceitos básicos; Direito público e privado, leis e normas jurídicas, fato e ato jurídico. Direito Constitucional. Direito Civil. Direito Comercial. Direito Tributário. Direito Penal. Direito do Consumidor. Direito Administrativo. Direito processual. Novas tendências do Direito Civil e Comercial frente ao Contexto Brasileiro e Internacional.

Bibliografia Básica:

BRANCATO, R.T. Instituições de Direito Público e Privado. SP. Saraiva. 2006.
PINHO, Ruy Rebello. NASCIMENTO, Amauri M. Instituições de Direito Público. SP: ATlas. 1999.
FERRAZ, Junior. Introdução ao estudo do Direito. SP. Atlas. 2003.

INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA 80 horas 1º Semestre

Ementa:
A disciplina aborda essencialmente a logística empresarial, enfocando como eixo principal:a) a introdução de novos conceitos da logística empresarial como diferencial competitivo; b) os conceitos e as principais decisões envolvidas nas diferentes etapas do fluxo de materiais bem como o sistema de informações que permite o controle destes fluxos; c) o relacionamento empresarial de redes de organizações, a Gestão da Cadeia de Suprimentos, traduzidos pelas parcerias empresariais que permitem resultados ampliados aos participantes, demonstrando a importância da compreensão das mudanças culturais empresariais que privilegiam os processos, na busca de acréscimos de valor aos clientes finais.

Bibliografia Básica:
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
BOWERSOX, Donald J. CLOSS, David J. Logística Empresarial. O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
Bibliografia Complementar:
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4.ed.São Paulo: Atlas 1993.
GURGEL, F. Do A. Administração dos fluxos de materiais e produtos. São Paulo: Atlas, 1997.

COMÉRCIO INTERNACIONAL 40 horas 2º Semestre

Ementa:
Introdução ao Comércio Exterior Brasileiro; Fase Administrativa; Fase Cambial; Fase Aduaneira; Transportes no Comércio Exterior; Aspectos legais do comércio exterior. Blocos Econômicos. CCE, NAFTA, MERCOSUL, BLOCOS ASIÁTICOS. Globalização e seus efeitos no COMÉRCIO Exterior Brasileiro.

Bibliografia Básica:
FREDERICO, L. Behrendees. Comércio Exterior. SP: Thomson. 2006.
VASQUEZ, J. L. Comércio Exterior Brasileiro - Siscomex. SP. Atlas. 2004.

PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Teoria da Probabilidade; Matemática da Probabilidade; Variáveis Aleatórias; Distribuição de Probabilidades Discretas; Distribuições Contínuas de Probabilidade. Noções gerais de Estatística Descritiva; Séries, Gráficos e Medidas Estatísticas mais utilizadas na gestão dos negócios empresariais. As aplicações de Informática na Estatística. Inferência Estatística

Bibliografia Básica:
OLIVEIRA, FRANCISCO E.M. Estatística e Probabilidade, Atlas, 1999.
MORETTIN, LUIZ GONZAGA, Estatística Básica Vol. 1 Probabilidade, Makron Books.
SPIEGEL, J. Schiller e SRINIVASAN, R. Alu. Teoria e Problemas de probabilidade e estatística. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar:
SILVA, Ermes Medeiros. et. al. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GESTÃO DE PESSOAS 80 horas 2º Semestre

Ementa:
Objetivos, estratégias e características básicas da Gestão de Pessoas. Origens da Gestão de Pessoas. Subsistemas de Gestão de Pessoas e suas funções. O gestor de pessoas como fator de integração empresa-indivíduo. O capital intelectual e sua importância na gestão estratégica da empresa.

Bibliografia Básica:
VERGARA, S. Gestão de Pessoas. SP. Atlas. 2005.
CHIAVENATO, I. Recursos Humanos na Empresa. SP. Atlas. 2005.
MOTTA, P. R. Gestão Contemporânea. RJ. Record. 2004.

Bibliografia Complementar:
GIL, A C. Administração de Recursos Humanos. SP. Atlas. 1994.

BERGAMINI, C.W. Motivação nas Organizações. SP. Atlas. 1997.

GESTÃO DE ESTOQUES E ARMAZENGEM 80 horas 2º Semestre

Ementa:

Conceitos de administração de material. Funções e objetivos da administração de materiais. Normalização: classificação e especificação de materiais. Gestão de estoques, indicadores de gestão. Administração patrimonial: funções e objetivos, atividades voltadas a materiais permanentes, móveis, máquinas e equipamentos. Estrutura da administração de materiais e patrimonial; modelos e condicionantes ambientais. Armazenagem: recepção, estocagem, expedição; logística. A organização e o pessoal de compras.

Bibliografia Básica:

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1999
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4.ed.São Paulo: Atlas 1993.

Bibliografia Complementar:

NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

INTRODUÇÃO À CADEIA DE SUPRIMENTOS 80 horas 2º Semestre

Conceitos básicos da Cadeia de Suprimentos. Integração da cadeia de suprimento e planejamento da "rede" (network design). Alianças na cadeia de suprimento e gestão da "rede" de valor. Materialização da cadeia de valor. Gestão da Cadeia de Suprimentos e a estratégia logística. Zonas de atividades logísticas (ZAL). Estratégica de gerenciamento, envolvendo a Cadeia de Suprimentos.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GESTÃO DE COMPRAS 40 horas 2º Semestre

O papel da gestão de compras dentro das organizações públicas e privadas. A importância da gestão de compras no mundo globalizado. A relação com clientes e parceiros. Interligação entre compras e o planejamento organizacional. Compras eletrônicas. Compras públicas, Lei 8.666. Pregão Eletrônico. Pregão presencial. Contratos.

Bibliografia Básica:

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1999
BAILY, Peter ET AL. Compras: princípios e administração. São Paulo: Atlas, 2000.
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4.ed.São Paulo: Atlas 1993.

GESTÃO DA QUALIDADE 80 horas 3º Semestre

Evolução da Qualidade: a qualidade no passado, no presente e no futuro. O Conceito Moderno de Qualidade Total. Gestão da Qualidade Total. O Fator humano na qualidade. Normatização para a qualidade. ISO Sério 9000. Referências da qualidade total. A metodologia de implantação da qualidade. Ferramentas da Qualidade.

Bibliografia Básica:

JURAN, Joseph - A qualidade desde o projeto Editora Pioneira, São Paulo-SP
MARSHALL, Isnard Junior ET Al. Gestão da Qualidade. FGV: Rio de Janeiro, 2006
OAKLAN, John S. Gerenciamento da Qualidade Total. São Paulo: Nobel, 1994.

Bibliografia Complementar:

MARIA ESMERALDA BALLESTERO-ALVAREZ,Administração da Qualidade e da Produtividade: Abordagens do Processo Administrativo, Atlas, 2001
PANDE, Peter S. ET Al. Estratégia Seis Sigma. Qualitymark. Rio de Janeiro – 2007.

GESTÃO DE PROJETOS 80 horas 3º Semestre

A Importância dos projetos para o homem. Evolução da gestão de projetos. Diferenças entre projetos e processos. Áreas do conhecimento necessárias à gestão de projetos. Gestão de projetos: planejamento, execução e controle. Liderança e gestão de equipes. Ferramentas para o gerenciamento de projetos. O controle eletrônico do andamento dos projetos.. PMI e o PMBook.

Bibliografia Básica:

HELDMAN, Kim. Gerência de projetos. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
WOILER, Samsão. MATHIAS, Washington F. Projetos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEGISLAÇÃO APLICADA À LOGÍSTICA 40 horas 3º Semestre

Direitos e obrigações. Direito tributário. Sistema tributário nacional. Obrigação tributária/tipos de tributos. Crédito tributário. Competência tributária. Legislação tributária. Legislação aduaneira. Regimes aduaneiros especiais. Acordos de cooperação aduaneira. Contratos. Relações internacionais. Tratados comerciais

Bibliografia Básica:

BRANCATO, R.T. Instituições de Direito Público e Privado. SP. Saraiva. 2006.
PINHO, Ruy Rebello. NASCIMENTO, Amauri M. Instituições de Direito Público. SP: ATlas. 1999.
FERRAZ, Junior. Introdução ao estudo do Direito. SP. Atlas. 2003.

FUNDAMENTOS DE MARKETING 40 horas 3º Semestre

Ementa:

Evolução, fases e mudanças do marketing; Conceitos básicos de Marketing; Análise dos Mercados consumidores e organizacionais; Segmentação de Mercado; "Mix" de Marketing; Ciclo de vida do produto;

Bibliografia Básica:

AMBRÓSIO, VICENTE. Plano de Marketing passo a passo. Rio de Janeiro: Reichmann&Affonso Editores, 1999.
KOTLER, PHILIP. Administração de Marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo: Prentice Hall, 2001.
SILVA, Elton Haddad, TENCA, Evandro Cesar, FERNANDES, Sandra. Planejamento estratégico. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia Complementar:

CHURCHILL JR, GILBERT A. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2003.

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇAO 80 horas 3º Semestre

Ementa:

Funções da administração de produção. Conceitos e estrutura da administração de produção. Sistemas de produção. Planejamento e controle a produção. Técnicas modernas de administração de produção. Balanceamento da produção. Qualidade e produtividade. Gerência de Projetos.

Bibliografia Básica:

CORREA, Henrique Luiz & CORREA, Carlos Alberto. Administração da Produção e Operações.São Paulo: Atlas, 2004
GAITHER, Norman & FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
SLACK, Nigel & STUART Chambers & Johnston Robert. Administração da Produção. São Paulo:Atlas, 2002

Bibliografia Complementar:

PALADINI, E. P. Controle de Qualidade: uma abordagem abrangente. São Paulo: Atlas, 1996
STEVENSON, William J. Administração das Operações de Produção. Rio de Janeiro: LTC, 2002

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL 80 horas 3º Semestre

EMENTA:

Etapas do planejamento estratégico. Conceitos de planejamento e de sistema. Visão, missão, estratégias, objetivos, metas e ações. Elaboração de plano estratégico; cronograma; estratégias de competição; avaliação do ambiente; perfil estratégico; quantificação dos objetivos; finalização e divulgação. Gestão estratégica; implementação, acompanhamento e avaliação do plano estratégico. Reavaliação estratégica de metas e ações.

Bibliografia Básica:
OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: um conceito, metodologia e práticas. 13.ed.São Paulo: Atlas, 1999.
PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva. 2.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
MOTTA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Bibliografia Complementar:
CHIAVENATO, Idalberto. SAPIRO, Arão.Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
CORRÊA, Henrique Luiz. GIANESI, Irineu G. N. Administração Estratégica de serviços. São Paulo: Atlas, 1996.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇAO 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Métodos de Previsão de Demanda. Técnicas de Planejamento e Controle da Produção

Bibliografia Básica:
CORREA, Henrique Luiz & CORREA, Carlos Alberto. Administração da Produção e Operações.São Paulo: Atlas, 2004
GAITHER, Norman & FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
STEVENSON, William J. Administração das Operações de Produção. Rio de Janeiro: LTC, 2002

Bibliografia Complementar:
PALADINI, E. P. Controle de Qualidade: uma abordagem abrangente. São Paulo: Atlas, 1996
SLACK, Nigel & STUART Chambers & Johnston Robert. Administração da Produção. São Paulo:Atlas, 2002

GESTÃO DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Fundamentos de Transporte. Modais de Transporte. Classes de transportes. Contexto da matriz brasileira de transportes. Modelos de Otimização de redes. Problema da árvore geradora mínima. Problema do caminho mais curto. Problema de Transporte (redes).

Bibliografia:
CAIXETA-FILHO, José Vicente. MARTINS, Ricardo Silveira (org.). Gestão Logística do Transporte de Cargas. São Paulo: Atlas, 2009.
BARAT, José (org.). Logística e transporte no processo de globalização. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
CHOPRA, Sunil. MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
Bibliografia Complementar:
BOWERSOX, Donald J. CLOSS, David J. Logística Empresarial. O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DECISÃO EM LOGÍSTICA 80 horas 4º Semestre

Ementa:
Fundamentos organizacionais e técnicas dos sistemas de informação. Tipos e usos de informação. Tratamento das informações versus atividades fins. SIG. Sistemas especialistas. Sistemas de apoio à decisão. Sistemas executivos. Tópicos em gerenciamento dos sistemas: integração, segurança, controle. Uso estratégico da tecnologia da informação. Administração estratégica da informação. Desenvolvimento de ambientes eficientes/eficazes da tecnologia da informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas da empresa para obtenção de vantagens competitivas. Globalização e estratégias competitivas. Internet, web, e-business, intranet.

Bibliografia Básica:
GOMES, Carlos Francisco Simões. RIBEIRO, Priscilla C. Cabral. Gestão da Cadeia de Suprimentos integrada à informática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:
SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FINANÇAS EM LOGÍSTICA 40 horas 4º Semestre

Ementa:
Porcentagem. Juros simples e compostos. Descontos. Taxas: proporcional, equivalente, nominal e real. Equivalência de capitais. Anuidades. Empréstimos. Análise de alternativas de investimento. Critérios econômicos de decisão.

Bibliografia Básica:
BRIGHAM, Eugene F. HOUSTON, Joel F. Fundamentos da Moderna administração financeira. Rio de Janeira: Elsevier, 1999.
ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
ABREU FILHO, José Carlos Franco de (org.). Finanças Corporativas. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LOGÍSTICA DE CIDADES 40 horas 4º Semestre

Ementa:
Estudo de infraestrutura urbana. Logística e a Administração Pública. Planejamento de Cidades. Fatores de impacto logístico em Cidades: trânsito, transporte, lixo, comunicação, comércio e serviços, indústrias, entrepostos de atividade natural. Plano Diretor Municipal.

Bibliografia Básica:
BARAT, José (org.). Logística e transporte no processo de globalização. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PROJETOS LOGÍSTICOS I 40 horas 4º Semestre

Ementa:
Essa disciplina consiste na apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a definição e o desenvolvimento de projetos de sistemas logísticos envolvendo, entre outros, temas como dimensionamento de estoque; distribuição de mercadorias; otimização de fluxos; produção; problemas de sequenciamento; otimização de redes e modais de transportes; simulação de sistemas logísticos.

Bibliografia Básica:
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PESQUISA OPERACIONAL 80 horas 5º Semestre

Ementa:
Introdução à Pesquisa Operacional. Programação Linear. Programação Inteira Aplicações e Softwares.

Bibliografia Básica:
ARENALE, Marcos. ARMENTANO, Vinicius. MORABITO, Reinaldo. YANASSE, Horacio Hideki. Pesquisa Operacional. RJ: Campus, 2006.
SHIMIZO, Tamio. Decisão nas Organizações. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MOORE & WEATHERFORD. Tomada de Decisão em Administração com Planilhas Eletrônicas. São Paulo: Bookman, 2003.

LOGÍSTICA REVERSA E AMBIENTAL 80 horas 5º Semestre

Ementa:
Conceitos e caracterização de Logística Reversa. Fluxo Tradicional versus Fluxo Reverso. O processo de Logística Reversa e o conceito de ciclo de vida. Fatores críticos. Planejamento da distribuição da logística reversa. Fatores ecológicos, tecnológicos, econômicos e logísticos que influenciam na logística reversa.

Problemas, causas e fontes de poluição na empresa e Meio Ambiente. A importância da Gestão de Recursos Ambientais. Responsabilidade socioambiental nas organizações e questões Ambientais no Brasil. A Gestão Ambiental e a Logística. Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CUSTOS LOGÍSTICOS 40 horas 5º Semestre

Ementa:

Conceitos inerentes à gestão dos custos logísticos. Custos de armazenagem, movimentação, transportes, embalagens, custos de manutenção de inventário, de tecnologia de informação e tributários. Custos decorrentes de lotes. Custos decorrentes de nível de serviço. Custos associados aos processos logísticos. Apuração do custo logístico total. Métodos de custeio: custeio baseado em atividades ABC aplicado à logística. Análise da rentabilidade. O Balanced Scorecard (BSC) e os indicadores de desempenho na logística. O valor econômico agregado (EVA) e logística. Outros métodos de custeio aplicados à logística.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTAS 40 horas 5º Semestre

Ementa:

Sistemas de transportes: modalidades de transporte: conceitos e característica. Formação de preços de frete por modalidade; Apropriação de custos. Teoria de redes aplicada ao transporte e distribuição: cobertura de arcos, cobertura de nós, teoria de filas. Projeto de redes de transportes. Tecnologia da informação aplicada ao acompanhamentos de frotas: acompanhamento de veículos e cargas. Ferramentas para acompanhamento e avaliação de frota. Frotas própria ou terceirizadas: avaliação de viabilidade. Sistemas de manutenção de frotas

Bibliografia Básica:

CAIXETA-FILHO, José Vicente. MARTINS, Ricardo Silveira (org.). Gestão Logística do Transporte de Cargas. São Paulo: Atlas, 2009.
BARAT, José (org.). Logística e transporte no processo de globalização. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
CHOPRA, Sunil. MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO LOGÍSTICA 80 horas 5º Semestre

Ementa:

Uso de softwares para estudar processos logísticos. Simulação de diferentes cenários e auxílio na decisão.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
FLEURY, Afonso. FLEURY, Maria Tereza Leme. Aprendizagem e Inovação Organizacional. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
VAITSMAN, Hélio Santiago, Inteligência empresarial. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Jorge Pedro D. de. Visão estratégica. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2003.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LOGÍSTICA 80 horas 5º Semestre

Ementa:

Ementa variável abordando assuntos diversos da logística e dando ênfase a estudos de casos reais e solução de problemas existentes nas cadeias logísticas. Tendências em Sistemas Logísticos. Fatores conjunturais, sociais e econômicos que influenciam a Logística. Novas Tecnologias. Fatores de Gestão.

Bibliografia Básica:
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PROJETOS LOGÍSTICOS II	40 horas	5º Semestre

Ementa:
Essa disciplina consiste na apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com defesa e desenvolvimento de projetos de sistemas logísticos envolvendo, entre outros, temas como dimensionamento de estoque; distribuição de mercadorias; otimização de fluxos; produção; problemas de sequenciamento; otimização de redes e modais de transportes; simulação de sistemas logísticos.

Bibliografia Básica:
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ARBACHE, Fernando Saba (org.). Gestão logística, distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

4.7. AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO

O sistema de auto-avaliação do curso de Logística inclui:

- Reuniões com docentes e discentes (representantes);
- Disponibilizar o projeto pedagógico aos docentes, no intuito do conhecimento, discussão e avaliação do mesmo;
- Mecanismos tais como CPA (Comissão Própria de Avaliação), que tem como objetivo controlar a qualidade dos cursos e atendimento e confiabilidade dos serviços prestados (biblioteca, secretaria, tesouraria e infra-estruturas). A CPA é uma ferramenta de autoconhecimento e item fundamental na tomada de decisões;
- os resultados do processo de avaliação servirão de base para o aperfeiçoamento das ações propostas.
- Os resultados das avaliações serão publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria da Faculdade.

5. INSTALAÇÕES

5.1. ÁREA FÍSICA E INSTALAÇÕES PREDIAIS

As dependências da FAP são divididas da seguinte forma:

a) Auditório:

- 141 cadeiras - 8 x 14 m²
- corredor - 2 x 8 m²
- palco - 4x8 m²
- Sistema de Som
- climatizada
- Área total de 160 m²

b) Biblioteca :

- Recepção com 50 m²
- Acervo com 112 m²
- Sala de estudos com 96 m²
- 03 computadores Pentium / internet na recepção
- 07 computadores para consulta dos alunos
- 01 Impressora
- cadeiras / mesas (70 alunos)
- Estantes
- Área total de 258 m²

c) Salas de Aulas:

- 48 salas de aula com área total de 2.204 m²
- climatizadas
- Quadro Branco
- 04 calhas com 3 lâmpadas
- 01 mesa / cadeira – professor
- quadro de aviso

e) Laboratório de Informática – 05 laboratórios

Laboratório 01:

- 49 microprocessadores Pentium, 1 GB de memória ram, HD 40 GB
- 01 servidor interligando os laboratórios em rede, a uma central de impressão.
- Sistema operacional WINDOWS XP.
- Acesso à Internet.
- Área total: 75,73 m²

Laboratório 02:

- 28 microprocessadores Pentium, 1 GB de memória ram, HD 40 GB
- 01 servidor interligando os laboratórios em rede, a uma central de impressão.
- Sistema operacional WINDOWS XP.
- Acesso à Internet.
- Área total: 50,05 m²

Laboratório 03:

- 28 microprocessadores Pentium, 2 GB de memória ram, HD 320 GB
- 01 servidor interligando os laboratórios em rede, a uma central de impressão.
- Sistema operacional WINDOWS XP.
- Acesso à Internet.
- Área total: 45,50 m²

Laboratório 04:

- 28 microprocessadores Pentium, 2 GB de memória ram, HD 320 GB
- 01 servidor interligando os laboratórios em rede, a uma central de impressão.
- Sistema operacional WINDOWS XP.
- Acesso à Internet.
- Área total: 59,50 m²

Laboratório 05:

- 28 microprocessadores Pentium, 1 GB de memória ram, HD 40 GB
- 01 servidor interligando os laboratórios em rede, a uma central de impressão.
- Sistema operacional WINDOWS XP.
- Acesso à Internet.
- Área total: 41,93 m²

Laboratório Experimental:

- 04 microprocessadores AMD, 512 GB de memória ram, HD 20 GB
- Sistema operacional WINDOWS XP.
- Acesso à Internet.
- Área total: 41,93 m²

Centro Esportivo Polivalente

- Área total de 1200 m²
- Capacidade para 1500 pessoas

- Iluminação
- Sistema de Som
- Salas de Apoio
- Vestiários

Restaurante Universitário

- Área total de 300 m^2

02 Estacionamentos

- Área total de 113,0 m^2 (capacidade para 50 alunos).

5.1.2. PLANO DE EXPANSÃO

Até o final de 2012, construir um novo prédio para a faculdade com 40 salas de aula, priorizando espaço para banheiros, acesso a portadores de deficiências físicas, biblioteca, sala de estudo individual, sala de estudo em grupo, laboratórios, sala de professores, sala de multimídia, área de lazer, alimentação e estacionamento.

5.1.3. INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE A PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atendendo a PORTARIA Nº 5.296, de 6 de junho de 2004, que revoga a Portaria nº 3.284/03, e dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e, de credenciamento de instituições, a FAP tem como uma de suas prioridades, a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços que oferece à comunidade.

Preocupada em garantir aos alunos portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a Instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída, está sendo adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas:

- Garantir no mínimo um acesso a usuários de cadeiras de rodas, vinculado à circulação principal e às circulações de emergência. Nelas serão adicionadas à sinalização informativa, indicativa e direcional da localização do acesso específico.

- As áreas de circulação estarão planejadas de modo a assegurar uma faixa de circulação livre de barreiras e obstáculos, possibilitando a aproximação aos objetos e elementos acima e abaixo do raio de ação da pessoa sentada, que utilize, ou não, cadeira de rodas e, com largura mínima adequada, por meio de rampas e/ou elevadores. Possuirá superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática e em desníveis mais acentuados, serão instaladas rampas guarnecidas por corrimão.
- Serão construídos guias de balizamento, em forma de ressalto para orientação e maior proteção de pessoas portadoras de deficiência sensorial visual e ambulatória parcial.
- As portas terão vão livre de 0,80 m, com maçanetas tipo alavanca, sendo que as dos sanitários terão barra horizontal para facilitar o seu fechamento. O seu revestimento será resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas.
- Os sanitários estarão localizados em lugares acessíveis, próximos à circulação principal e devidamente sinalizados, com barras de apoio nas paredes e demais dependências adequadas ao uso de portadores de deficiência ambulatória.
- As salas de reunião serão acessíveis para portadores de deficiências, na área destinada tanto ao público quanto aos participantes e funcionários. No auditório estarão reservados espaços para cadeira de rodas e assentos para pessoas portadoras de deficiência ambulatória parcial.
- A biblioteca, os museus e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a facilitar-lhe as condições de acesso, circulação e comunicação.
- No estacionamento serão reservadas vagas para veículos dirigidos por pessoas portadoras de deficiência ambulatorial, prevendo-se condições de sinalização, espaço adicional para a circulação de cadeiras de rodas, áreas de circulação adequada quanto a piso, guias etc.
- Os lavabos, bebedouros e telefones públicos serão instalados em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, para atender aos alunos portadores de deficiência física.

Além disso, a instituição se compromete em prover infra-estrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa portadora de deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência visual e auditiva, nas seguintes condições:

a) para alunos com deficiência visual:

- máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- software de ampliação de tela do computador;
- lupas, réguas de leitura;

- scanner acoplado a computador;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

b) para alunos com deficiência auditiva:

- intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa;
- materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

5.2. BIBLIOTECA

5.2.1. DADOS GERAIS

A Biblioteca Gilberto Gil funciona de segunda a sexta feira, de 8h às 21:45h, e aos sábados quando da ocorrência de atividades acadêmicas ou letivas. Utiliza o sistema de catalogação Anglo-Americano, com a sigla AACR2 e tem como objetivo a prestação de serviço eficiente de consulta ao acervo e controle de empréstimo.

5.2.2. ACERVO

O acervo bibliográfico catalogado é composto por livros, periódicos, CD-Rom, DVD-Rom e softwares, em um total de mais de 20.000 itens de acervo documental.

Para o próximo qüinqüênio, a Mantenedora continuará reservando 5% (cinco por cento) do orçamento para atualização do acervo, bem como aprovação da aquisição dos itens documentais necessários para os cursos previstos para implantação.

5.2.3. INFORMATIZAÇÃO

Atualmente, o acervo pode ser consultado nos terminais existentes na Biblioteca. Como meta para 2011, a instituição deverá adquirir um novo sistema em que o aluno possa consultar, bem como pesquisar, o acervo desejado.

A seguir, encontra-se a relação dos equipamentos de informática destinados ao pessoal técnico administrativo:

- Hardware:
  - ✓ 04 computadores ao pessoal técnico-administrativo e 10 computadores para consulta e pesquisa dos alunos.
  - ✓ Leitor de Código de barras.
  - ✓ 2 impressoras.
- Software:

Sistema Sábio: Sistema atual que controla o acervo e permite os alunos e professores fazerem consultas. Este sistema está sendo substituído pelo Sistema Mestre Ágil.